

Diário do Legislativo de 23/05/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PPS-PTB-PSC-PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputado Ademir Lucas (PSDB), Deputada Ana Maria Resende (PSDB) e Deputado Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Gustavo Corrêa

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Gilberto Abramo

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min.

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo DEM
Corrêa

Deputado Mauri BSD
Torres

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho BSD
Araújo

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor PSB
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito PMDB
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento
Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton PT
Prado

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Carlin Pcdob
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander PSB
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado de BSD
Lafayette Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Patrús PV
Agostinho Filho

Deputado PDT
Sebastião Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente

Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin Pcdob
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIAE AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Presidente

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor PSB
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD

Santiago

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho BSD
Araújo

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues PDT Presidente

Deputado Cesar Paulo PDT Vice-Presidente

Deputado Malheiros Délio PV

Deputado Tadeu Leite Luiz PMDB

Deputado Leonardo Moreira DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pimenta Carlos PDT

Deputado Helvécio Sebastião PDT

Deputado Veneroso Rômulo PV

Deputado Lopes Adalclever PMDB

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis PV Presidente

Deputada Costa Elisa PT Vice-Presidente

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Antônio Carlos Arantes BSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Valadares DEM Presidente

Deputado Juninho Araújo BSD Vice-Presidente

Deputado Paulo Guedes PT

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Gil Pereira PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Corrêa DEM

Deputado Chico Uejo PSB

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputado Almir Paraca PT

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 22ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Suspensão e Reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 929/2007; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; apresentação das Emendas nºs 1 a 3; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Sargento Rodrigues; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; questão de ordem; leitura e votação da Emenda nº 1; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; leitura e votação da Emenda nº 2; rejeição; ratificação da rejeição; questão de ordem; leitura e votação da Emenda nº 3; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; declaração de voto - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Fábio Avelar, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 hora e 20 minutos para aguardar sejam preenchidos os pressupostos processuais para a apreciação do Projeto de Lei nº 929/2007. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 929/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos valores do vencimento básico e remuneração básica das categorias que menciona. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ontem tivemos a oportunidade de ocupar o microfone desta Casa durante a discussão e o encaminhamento de votação das matérias. Tive a infelicidade de não ter sido compreendido no que tange ao acolhimento da Emenda nº 2. A Emenda nº 2 havia sido acatada no Projeto de Lei nº 929, que trata do reajuste dos servidores da segurança pública. Nesse projeto, havíamos avançado, com a referida emenda, conseguindo que as parcelas, previstas para o mês de setembro de 2009, setembro de 2008 e setembro de 2007, fossem trazidas para o mês de maio. A emenda foi aprovada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, pela Comissão de Segurança Pública, da qual sou Presidente e fui relator, e pela Comissão de Administração Pública. Para nossa surpresa, o Plenário rejeitou a Emenda nº 2, bem como as outras emendas que trouxemos à discussão. Quando propusemos essa emenda, era nosso entendimento que, além da insatisfação com relação ao reajuste salarial da ordem de 33% em três parcelas de 10%, uma incidindo sobre a outra, havia, também, insatisfação quanto ao prazo. E o servidor da segurança pública, ao receber esse anúncio, entendeu que, naquele momento, não havia reajuste algum, já que a primeira parcela seria paga no mês de outubro. Entendemos que não seria justo que o projeto continuasse em sua forma original.

Apesar de toda a resistência do Poder Executivo em ceder a essa matéria, venho à tribuna para suscitar o debate, uma reflexão maior quanto ao salário dos servidores públicos. Estamos vivendo um período difícil. É preciso que haja sensibilidade dos Promotores, dos Deputados, do Poder Executivo, dos Juizes, dos Desembargadores, dos Conselheiros do Tribunal de Contas e dos Secretários para com essa questão. Disse isso, há pouco, na Comissão de Administração Pública. Fiz aqui, ontem, um documento em que resgatamos o preceito constitucional e o porquê de estarmos defendendo uma das emendas que trata do adicional por atividade de risco, mais conhecido por periculosidade. O art. 7º da Constituição da República diz o seguinte: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua

condição social: XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;...". O projeto de lei está tramitando. Acabamos de apresentar novamente uma emenda na Comissão de Administração Pública. Tivemos um parecer contrário. Fizemos questão de reapresentá-la em Plenário novamente. Os Deputados estão perguntando o porquê de tanta insistência nessa matéria. Disse, ontem, na Comissão de Administração Pública, que iria vigiar o projeto "pari passu", que iria acompanhar a sua tramitação e não iria cansar de dizer aos Deputados que, de janeiro de 2003 a abril de 2007, tivemos 118 mortos no exercício da atividade ou em razão do seu trabalho. É uma categoria que deve ser tratada de forma diferenciada quanto a esse assunto que estamos tratando, que é a defesa do adicional de periculosidade. Não há nenhuma categoria de profissional que tenha tantas perdas quanto os servidores da segurança. Então, os policiais civis e militares, bombeiros e agentes penitenciários estão morrendo. Estamos aqui para cobrar. Tive oportunidade, em se tratando dessa matéria, de entregar ao Governador, em abril do ano passado, este ofício, que faço a leitura de seu primeiro parágrafo: "Sr. Governador, com os cumprimentos dos Deputados subscritos, venho à presença de V. Exa. solicitar o envio ao Poder Legislativo de projeto de lei que institui adicional pela atividade de risco aos servidores da segurança pública de Minas Gerais, pelos motivos que passamos a expor.". Os motivos são conhecidos. V. Exas. assinaram comigo esse ofício. Faço questão de destacar que toda a Oposição assinou o documento, por entender que é justo, que é o reconhecimento de um direito previsto na Constituição Federal. O que estamos encaminhando, na manhã de hoje, é o pedido de que o Governador reconheça, de fato, esse direito, e envie a esta Casa um projeto regulamentando a matéria. Se o entendimento do Plenário é que a matéria tem livre iniciativa, que ele envie ao Poder Legislativo a regulamentação dessa matéria. Entregamos esse documento ao Governador, em abril do ano passado, assinado por 76 Deputados.

Fizeram esse pedido ao Governador, porque o entendimento do conjunto dos Deputados foi que realmente não podíamos deixar que continuassem morrendo policiais civis, Bombeiros e Militares e Agentes Penitenciários, ou seja, as quatro categorias que compõem o serviço da segurança pública em Minas Gerais, e que devia haver um preceito constitucional que fizesse a previsão do pagamento. Ainda quero trazer ao conhecimento de V. Exas. que o Governador, para fundamentar o Projeto de Lei Complementar nº 20 de sua autoria, que trata da aposentadoria dos policiais civis e foi enviado a esta Casa no final do mês passado... O "caput" do artigo do Projeto de Lei Complementar nº 20 diz o seguinte: "Art. 1º - O exercício de cargo de natureza estritamente policial é considerado atividade de risco, por sujeitar-se a condições especiais de trabalho para fins do disposto no inciso II, § 4º, do art. 40 da Constituição da República". O próprio Governador reconhece, quando encaminha o Projeto de Lei complementar nº 20, que a atividade é perigosa.

Fizemos, Sr. Presidente, uma emenda que traduz, na mesma linha de pensamento, o que o Governador quis dizer, quando enviou o Projeto de Lei Complementar nº 20. A emenda que apresentamos e está agora em Plenário diz o seguinte: "As atividades de militar estadual, policial civil, Agente de Segurança Penitenciário e Agente Sócio-Educativo são consideradas de risco por sujeitarem-se às condições especiais de trabalho, nos termos do disposto no inciso XXII do art. 7º da Constituição da República". Portanto, Sr. Presidente, não apresentamos nada que possa ser rejeitado por este Plenário com a alegação de ser inconstitucional, porque a emenda está amarrada ao inciso XXIII do art. 7º da Constituição da República.

Não há vício da iniciativa, porque emendamos um projeto de autoria do Governador. Não há de falar em impacto financeiro, porque não descrevemos aqui nenhum percentual, mas remetemos isso ao Governador a fim de que a matéria seja regulamentada por meio de decreto. Então, por mais que os Deputados queiram fazer encaminhamentos contrários a essa emenda, dizendo que é inconstitucional, quero dizer que, primeiro, ela está amarrada ao texto da Constituição e, segundo, não traz impacto financeiro. Quem definirá se haverá impacto financeiro e o valor a ser estabelecido será o Governador. Portanto, essa foi a forma encontrada por nós para não haver aqui um parecer contrário deste Plenário a essa matéria.

Apresentamos ainda, Sr. Presidente, já que há uma insistência em dizer que não é justo, correto e - diria - até humano tratarmos de salários... De certa forma, fui, aliás, um pouco mal interpretado pelo meu ilustre companheiro Deputado Domingos Sávio, quando disse, há pouco, na Comissão de Administração Pública - e disse a ele que repetiria isso aqui da tribuna -, que os Deputados e Deputadas precisam parar para uma reflexão.

Quando o Ministério Público manda para cá um projeto de ajuste salarial, a Casa aprova e ninguém faz questionamentos. A iniciativa é do Ministério Público? É do Ministério Público. O valor colocado no projeto é do Ministério Público? É do Ministério Público. Quando o Judiciário envia para cá projeto que trata do seu reajuste salarial, esta Casa também o aprova sem questionar. Quando o Tribunal de Contas também faz isso, da mesma forma o projeto é aprovado. Quanto a dizer que a Constituição da República dá a eles essa condição, já estamos cansados de saber da previsão do art. 37 da Constituição da República. Infelizmente, da forma que as coisas acontecem, debates são suscitados, e é neles e nessa reflexão que queremos chamar a atenção dos Deputados. Não é justo que o Ministério Público tenha reajustes em uma única parcela. Não é justo que o Judiciário tenha reajustes em uma única parcela. Não é justo que o Tribunal de Contas tenha reajuste em uma única parcela. E ninguém questiona isso.

Por que devemos questionar? Já disse isso da tribuna no dia 20 de março e vou repetir: infelizmente, há uma casta no serviço público formada por agentes políticos. É justo defendermos um adicional de periculosidade de 20% para um soldado da PM ou um bombeiro militar e para um agente da Polícia Civil, cujo piso salarial é de R\$1.333,90. Esse reajuste, essa periculosidade acrescentará R\$266,00 no seu contra-cheque, o que para ele é significativo, enquanto que, para um Promotor de Justiça, há um projeto tramitando nesta Casa que prevê o pagamento - passmem, Srs. Deputados - de 15% no salário, cujo inicial de carreira corresponde a R\$19.000,00. Pergunto: é justo, é moral concedermos 15% para o Ministério Público, sob a alegação de exercer atividades extraordinárias e plantões no final de semana?

Vejamos, Sras. e Srs. Deputados, que o policial, o agente de segurança pública não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado; certamente não faz esse tipo de distinção no seu dia-a-dia. Mas o Ministério Público quer 15%. Se vocês estão achando que não é verdade, basta ler o Projeto de Lei Complementar nº 17. Faça uma pergunta: é justo concedermos 15%? Vamos aprová-lo, caladinhos, nesta Casa, sem questionar? Pode ser legal, mas é imoral.

Da mesma forma, é imoral conceder reajustes aos agentes políticos em uma única parcela, e não concedê-los para os servidores da segurança pública. Quanto a esse debate, não adianta quereremos fazer como os avestruzes, precisamos trazê-lo à tribuna. É a Assembléia que aprova as leis. Ela recebe o projeto, que não é de sua iniciativa, mas é ela que faz o debate; é ela que fiscaliza; é ela que medeia. Então, precisamos acordar para fazer essa reflexão: é justo um Promotor, um Juiz ganhar R\$19.000,00, ao passo que o soldado, que está morrendo nas ruas, ganha R\$1.333,90? E olha que nem conseguimos aprovar o adicional de periculosidade.

Vejam bem, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que 118 servidores, de janeiro de 2007 até agora, faleceram em serviço. Desconheço a categoria de servidores públicos ou da iniciativa privada que mostre tantas mortes em seu cotidiano. Isso tem sido rotina, mesmo assim o servidor não recebe gratificação por atividade de risco.

Portanto, apresentamos aqui uma outra emenda. Entendemos que, se podemos conceder o reajuste de uma só vez para o Ministério Público e para o Judiciário, por que não concedê-lo de uma vez só também para os servidores da segurança pública?

Apresentamos ainda outra emenda que retrata a posição do Governador. Ele disse que o reajuste é de 33,1%, nem um centavo a mais, sobre os vencimentos dos servidores da segurança pública. Então, apresentamos uma emenda com o percentual de 33,1% de uma só vez, para que possamos fazer como fizemos para o Ministério Público. Alguns Deputados podem questionar-me dizendo que o Ministério Público tem autonomia para tratar dessa matéria; que o Judiciário tem autonomia; que o Tribunal de Contas tem autonomia. Sim, todos têm autonomia, a Assembléia também tem. Mas não podemos esquecer que o cofre público é o mesmo, a receita é a mesma.

O Poder Executivo distribui constitucionalmente a receita, que sai de uma única fonte arrecadadora. A fonte de arrecadação do Estado é única. O Ministério Público, o Judiciário, o Tribunal de Contas não estão separados do Estado. O Estado é um só; a fonte arrecadadora é uma só. Então, por que devemos parcelar o reajuste dos servidores da segurança pública?

Volto a insistir em que o Projeto de Lei Complementar nº 17, do Ministério Público, que trata de 15% de gratificação para serviços extraordinários e plantões de fim-de-semana, está nesta Casa para ser votado.

E nós não temos a coragem de aprovar uma emenda para tratar do adicional por atividade de risco. Precisa dizer que essa profissão é de risco? Afinal de contas, entreguei uma relação com o nome dos 118 servidores mortos. Faço esse debate, chamo a essa reflexão para que os Deputados entendam a gravidade do problema. Não adianta esconder e fingir que isso não está acontecendo, porque foi esta Casa que votou os reajustes do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Judiciário. E, por mais que o Deputado venha ocupar esta tribuna e dizer que eles têm autonomia, o cofre é o mesmo, o dinheiro é público. Então, é imoral.

Acompanhei o pronunciamento do Deputado Federal José Carlos Aleluia, referindo-se ao Presidente da Casa à época, Deputado Aldo Rebelo. Dizia ele que se a opinião pública diz que o salário de R\$24.500,00 é imoral para o Deputado Federal e para o Senador da República, também é imoral para o Ministro do Supremo Tribunal Federal. Se não suscitarmos esse debate, quem o fará? É esta Casa que recebe os projetos de lei. É esta Casa que faz as discussões nas Comissões, que faz as discussões aqui no Plenário, da forma como estou encaminhando. Então, não é justo votarmos o Projeto de Lei nº 929, do Governador, na forma original. Temos certeza de que muitos Deputados gostariam de votar essa matéria, aperfeiçoando-a. Então, está na hora de refletirmos. Está na hora do debate. Tenho a certeza de que amanhã chegarão projetos dos outros poderes e órgãos, e quero acompanhá-los. Estarei nesta tribuna para lembrar aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que esses projetos do Ministério Público, do Judiciário, do Tribunal de Contas, que quer estipular o reajuste de uma só vez, devem ser melhor analisados, devem ser pensados. Essa discussão tem de ser feita, porque lá fora o servidor está questionando: "Por que para nós tem de parcelar? Por que para o Promotor, para o Juiz, para o Conselheiro do Tribunal e até mesmo para o Deputado não haverá parcelamento?". Essa é a questão que deve ser colocada.

Sr. Presidente, em que pese todo o lado técnico das emendas que apresentamos, dizendo que a emenda é inconstitucional, que esbarra no vício de iniciativa, não o é. Ela foi feita obedecendo ao princípio constitucional. Primeiro, a revisão geral anual. Então, temos de ter data-base, conforme manda a Constituição. O art. 7º, inciso XXIII, trata do adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Então, temos de ter o adicional por atividade de risco. E se aos agentes políticos ou à casta do serviço público é concedido reajuste em uma única parcela, por que não conceder uma única parcela? Essa é a questão que tem de ser suscitada. Não adianta o Deputado vir à tribuna dizer que os outros Poderes e órgãos têm independência para tratar da matéria, porque é nesta Casa que as matérias tramitam. Não adianta, porque o cofre é o mesmo. Não tem cofre público no Ministério Público, não tem no Judiciário, não tem no Tribunal de Contas e não tem nesta Casa. A única fonte arrecadadora é o Executivo. Portanto, em que pese a Constituição da República estabelecer que o salário do Desembargador, do Procurador, do Conselheiro do Tribunal de Contas está vinculado a uma determinação constitucional, o cofre é o mesmo. Não significa que tem de ser dado também de uma vez só. Não significa que tem de ser dado segundo o critério e a avaliação de cada Poder.

Tem que obedecer ao princípio da igualdade, da razoabilidade, porque é o que está previsto na Constituição da República. E obedecer à publicidade, à transparência, que são os princípios previstos no art. 7º da Constituição da República. Não tem poder acima desses princípios.

Portanto, Sr. Presidente, faço esse encaminhamento dizendo que sou favorável à aprovação do projeto com as emendas por nós apresentadas.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDA Nº 1

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo, renumerando-se os subsequentes:

"Art. ... - Fica concedido reajuste de 33,1% (trinta e três inteiros e um décimo) em parcela única para as categorias de servidores de que trata esta lei."

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2007.

Sargento Rodrigues

Emenda nº 2

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. ... - Fica instituído o dia 1º de junho como data-base para as categorias de servidores de que trata esta lei."

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2007.

Sargento Rodrigues

EMENDA Nº 3

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo, renumerando-se os subsequentes:

"Art. ... - As atividades de militar estadual, policial civil, de agente de segurança penitenciário e socioeducativo são consideradas de risco, por sujeitarem-se a condições especiais de trabalho, nos termos do disposto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Parágrafo único - O Poder Executivo regulamentará o direito previsto no "caput" deste artigo no prazo de noventa dias."

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2007.

Sargento Rodrigues

Justificação: Esta emenda visa reconhecer as condições especiais de trabalho com exercício da atividade de risco pelos servidores da área de segurança pública, policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, agentes de segurança penitenciários e agentes socioeducativos.

Tal medida visa tornar efetiva a regra presente no inciso XXIII do art. 7º da Constituição da República, que dispõe sobre o adicional remuneratório para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, autorizando o Poder Executivo a regulamentar o direito, a partir da vigência da lei.

Esta proposta de emenda visa adaptar a legislação à possibilidade de o próprio Estado reconhecer o caráter diferenciado das funções dos servidores da classe de segurança pública, por desempenharem atividades perigosas.

Trata-se, pois, de criar as condições para a aplicação do disposto no art. 40, § 4º, da Constituição Federal, que trata da aposentadoria especial de servidores públicos que exercem atividades de risco. Entre essas atividades, sem sombra de dúvida, enquadra-se a exercida pelos funcionários policiais.

Sendo dessa forma, por se tratar de questão de justiça, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação desta emenda.

ACORDO DE LÍDERES

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A maioria dos Líderes que este subscrevem acordam que seja apresentada emenda do Deputado Sargento Rodrigues ao Projeto de Lei nº 929/2007, em 2º turno.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2007.

Luiz Humberto Carneiro - Gustavo Corrêa - Agostinho Patrús Filho - Sebastião Helvécio - Domingos Sávio - Mauri Torres.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no decorrer da discussão foram apresentadas ao projeto 3 emendas do Deputado Sargento Rodrigues, que receberam os nºs 1 a 3, sendo esta última apoiada pela maioria dos membros do Colégio de Líderes, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão votadas independentemente de parecer. Vem à Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, solicitando que o Projeto de Lei nº 929/2007 seja apreciado pelo processo nominal. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 5 Deputados. Votaram "não" 35 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição do requerimento. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 42 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, ratificada a aprovação do projeto, salvo emendas.

Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Gostaria que fosse feita a leitura das emendas, uma a uma, antes de cada votação.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura de cada emenda antes de sua votação.

O Sr. Secretário (Deputado Dinis Pinheiro) - (- Lê a Emenda nº 1, publicada nesta edição.).

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Sargento Rodrigues - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 3 Deputados. Votaram "não" 46 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 1. Com a palavra, o Sr. Secretário, para que proceda à leitura da Emenda nº 2.

O Sr. Secretário - (- Lê a Emenda nº 2, publicada nesta edição.).

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Sargento Rodrigues - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 4 Deputados. Votaram "não" 46 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 2.

Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, após a leitura da Emenda nº 3, gostaria de saber se a emenda está destacada ou não.

O Sr. Presidente - A emenda está sendo votada separadamente porque houve parecer, mas não houve pedido de destaque. A emenda não está destacada. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à leitura da Emenda nº 3.

O Sr. Secretário - (- Lê a Emenda nº 3, publicada nesta edição.).

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 3. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Sargento Rodrigues - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 5 Deputados. Votaram "não" 47 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 3. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 929/2007 na sua forma original. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, sinto que cumpro o meu dever de tentar, a todo instante, desde o primeiro momento em que o projeto iniciou sua tramitação nesta Casa, uma negociação com o governo e sensibilizar os Deputados a acolherem as emendas.

Inicialmente, a Emenda nº 2 foi acolhida pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Administração Pública, no parecer para 1º turno. Ontem, à noite, quando da votação em Plenário, a emenda foi derrotada, em que pese ter sido avaliada pelas três Comissões, que votaram favoravelmente.

No tocante às demais emendas que apresentamos hoje na Comissão de Administração Pública, fiz questão de trazer três delas ao Plenário, para que o policial militar, o Bombeiro Militar, o policial civil e o Agente Penitenciário entendessem o processo político e o processo de votação nesta Casa.

Apesar de ter feito apelos durante a discussão do projeto e de ter esclarecido às demais categorias dos outros poderes a forma como é dado reajuste salarial aos membros dos Poderes, nosso entendimento é de que, naquele momento, não houve a devida sensibilidade para com os servidores da segurança pública.

Disse aqui que o fato de apresentarmos emendas era principalmente para provocar o debate entre os Deputados. Não é justo nem correto que os servidores da segurança pública continuem a morrer enquanto trabalham e não tenham o direito de receber adicional por atividade perigosa, conforme estabelece o inciso XXIII do art. 7º da Constituição da República.

Isso não é justo porque a Constituição da República, em seu art. 37, inciso X, prevê a revisão geral anual como forma de reajuste salarial. Apresentamos uma emenda, que previa como data-base o dia 1º de maio, que foi derrotada ontem, e outra que previa o dia 1º de junho, derrotada hoje.

Não é justo continuarmos a aprovar nesta Casa mensagens do Ministério Público, do Judiciário, do Tribunal de Contas, que concedem reajuste salarial aos agentes políticos, a casta do serviço público, sendo dado de forma integral e, quando diz respeito aos servidores, há necessidade de parcelamento. Por isso, apresentamos uma emenda, de modo que o reajuste de 33,1% dado pelo Governador fosse concedido também aos servidores da segurança pública. Essa emenda também foi derrotada em Plenário.

Quero dizer, especialmente aos servidores da segurança pública, a cada Agente Penitenciário, Bombeiro Militar, policial militar e policial civil do Estado que a nossa luta não pára no momento em que essas emendas foram derrotadas, porque o processo político é constante. A luta tem de ser constante.

Deixo claro que aqui já tive várias conquistas, como o adicional do abono fardamento; o adicional trintenário à emenda à Constituição, de minha autoria; a Lei nº 13.962, que trata da pensão integral das viúvas, de minha autoria; a Lei Complementar nº 74, que trouxe a promoção dos Cabos e dos Soldados; e mais recentemente a Lei Complementar nº 95, em que fui relator do projeto que reorganizou a promoção dos quadros da Polícia Militar e dos Bombeiros. Foram beneficiados 12 mil policiais e bombeiros militares, pois obtiveram a promoção, fruto de gestão política e de negociação com o governo, com o Líder de Governo e com o Presidente desta Casa, que nos auxiliou. Houve também a promoção dos policiais civis: 793 carcereiros foram promovidos a Agentes de Polícia. Isso foi fruto da Lei Complementar nº 84, fui relator do projeto que promoveu mais de 3 mil Agentes de Polícia das Classes I, II, III e Especial. São lutas, debates e propostas defendidos por nós nesta Casa e que devem ser lembradas num processo contínuo de luta, que não cessará.

Um pouco mais adiante apreciaremos a Emenda à Constituição nº 3, de minha autoria, que trata da aposentadoria dos policiais civis, já que a emenda de iniciativa do Governador foi anexada à emenda de autoria deste Deputado. Portanto, apreciaremos a emenda à Constituição que trata da aposentadoria dos policiais civis aos 30 anos de serviço. Segundo o Deputado Mauri Torres, Líder do Governo, a previsão é que o Plenário aprecie a emenda nos próximos 60 dias.

Faço esse desabafo e deixo a mensagem de que teremos outras batalhas para os servidores da segurança pública. Ainda temos que conquistar, neste governo, e sei que conseguiremos, o adicional periculosidade. Não foi desta vez, mas o conquistaremos.

Ainda temos que conquistar a definição da carga horária de trabalho para os policiais militares e bombeiros, que ainda não foi definida, e os 25 dias úteis de férias, que já é um direito de todo o restante do funcionalismo público civil, à exceção dos policiais e dos bombeiros militares. Temos que definir os direitos que as outras categorias possuem e os servidores da segurança pública ainda não. Estaremos buscando junto ao Governador Aécio Neves e ao Secretário de Governo, Danilo de Castro, por meio do Líder de governo, as negociações para trazermos essas conquistas para a classe.

Disse que utilizaria tudo que fosse possível no Regimento Interno. Hoje fizemos a verificação de votação para conhecer quantos votos foram a favor e quantos foram contra. Utilizamos tudo o que o Regimento permitia. Persistiremos na luta. Todas as conquistas que conseguimos para os servidores da segurança pública foram obtidas com muita luta.

Agradeço a V. Exa. pela paciência. Nossa luta continua em defesa dos servidores da segurança pública. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, solicito o encerramento de plano da reunião. Estou inscrito para discutir o projeto seguinte, mas não há número de Deputados para continuarmos os trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvoando a reunião extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 24/4/2007

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Ruy Muniz, membros da Comissão de Direitos Humanos; o Deputado Ruy Muniz (substituindo este ao Deputado Leonardo Moreira, por indicação da Liderança do DEM), membro da Comissão de Segurança Pública. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e é subscrita pelos membros das Comissões presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes no Estado, ocorrido nos anos de 2005 a 2007. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião, para ouvir a Sra. Cristina Coeli Cicarelli Masson, Delegada Titular da Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida; o Sr. Wagner Pinto de Souza, Delegado Titular da Divisão de Crimes contra a Vida; a Sra. Ângela Fábero, Promotora de Justiça da Infância e Juventude, representando o Sr. Lucas Rolla, Promotor de Justiça e Coordenador da Promotoria de Infância e Juventude; o Sr. Benoni Prates Beltrão e a Sra. Cléia Maria da Conceição Santos, pais de criança desaparecida; as Sras. Simone Helena Rodrigues e Vânia Froes, mães de pessoas desaparecidas; e Wanda Nogueira Miranda, irmã de adulto desaparecido, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. O Deputado Ruy Muniz se ausenta da reunião. A Presidência registra a presença do Deputado Sargento Rodrigues e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Comparecem na reunião os Deputados Luiz Tadeu Leite e Leonardo Moreira. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Durval Ângelo, Sargento Rodrigues, Luiz Tadeu Leite e Leonardo Moreira em que solicitam seja enviado ofício à Delegada Titular da Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida, pedindo remessa às Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública de relato sobre o andamento dos 42 inquéritos de desaparecimento de mulheres ocorridos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros das Comissões para a próxima reunião, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2007.

Durval Ângelo, Presidente - Sargento Rodrigues - João Leite.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Redação NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 25/4/2007

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Lafayette de Andrada e Agostinho Patrús Filho, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 42, 156, 208 e 246/2007 (Deputada Gláucia Brandão); 256, 277 e 282/2007 (Deputado Agostinho Patrús Filho). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 42/2007 (relatora: Deputada Gláucia Brandão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 156, 208 e 246/2007 (relatora: Deputada Gláucia Brandão); 256, 277 e 282/2007 (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os

trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2007.

Gláucia Brandão, Presidente - Rosângela Reis - Gilberto Abramo.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão Especial PARA O Estudo DA ATENÇÃO À Pessoa com Transtorno Mental, DEFICIÊNCIA MENTAL OU AUTISMO, em 2/5/2007

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Célio Moreira, Vanderlei Miranda e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente "ad hoc", Deputada Maria Lúcia Mendonça, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão, a qual se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, a designar o relator e a estabelecer dia e horário das reuniões ordinárias da Comissão. A Presidência determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Walter Tosta para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos para Presidente o Deputado Célio Moreira e para Vice-Presidente o Deputado Vanderlei Miranda, ambos com quatro votos. Na condição de Presidente "ad hoc", a Deputada Maria Lúcia Mendonça convida para tomar assento à mesa o Deputado Célio Moreira e o empossa no cargo de Presidente. Este, por sua vez, empossa o Vice-Presidente, Deputado Vanderlei Miranda. Em seguida, a Presidência designa como relatora a Deputada Maria Lúcia Mendonça. Por consenso dos membros, fica decidido que a comissão se reunirá ordinariamente todas as terças-feiras, às 9h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2007.

Célio Moreira, Presidente - Maria Lúcia Mendonça - Walter Tosta.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 3/5/2007

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Padre João, Antônio Carlos Arantes e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Padre João, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 8/2007 (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes), e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 437/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Chico Uejo). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Padre João em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão para discutir o Projeto de Lei nº 409/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Minas Novas, 8 de maio de 2007.

Padre João, Presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 8/5/2007

Às 8h58min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 423, 462 e 463/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Gustavo Valadares, em que solicita convidado o Comandante-Geral da Polícia Militar para prestar explicações a esta Comissão sobre a atuação da Polícia Militar e os fatos ocorridos na partida final do Campeonato Mineiro 2007, realizada no dia 6 de maio, entre as equipes do Cruzeiro Esporte Clube e Clube Atlético Mineiro, no Estádio do Mineirão; Délio Malheiros, em que pede seja enviado ofício ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Chefe da Polícia Civil, solicitando-lhes informações sobre quais providências e procedimentos estão sendo adotados pelas duas corporações para coibir a violência e o aumento da criminalidade na região da Savassi; Luiz Tadeu Leite, em que pede seja enviado ofício ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Presidente da Ademg, solicitando-lhes a reavaliação da capacidade de público do Estádio Magalhães Pinto. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de de 2007.

Sargento Rodrigues, Presidente - Délio Malheiros - Paulo Cesar.

ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 8/5/2007

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Hely Tarquínio, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Hely Tarquínio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 930, 934, 946 e 955/2007 (Deputado Gilberto Abramo); 931, 941, 945 e 957/2007 (Deputado Sebastião Costa); 939, 947 e 954/2007 (Deputado Delvito Alves); 936 a 938, 944, 952 e 953/2007 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 932, 943 e 951/2007 (Deputado Hely Tarquínio); 933, 948 e 950/2007 (Deputado Sargento Rodrigues); e 935, 940 e 956/2007 (Deputado Gil Pereira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à

apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Resolução nº 638/2007 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição) e dos Projetos de Lei nºs 667 com a Emenda nº 1, 794 e 616/2007, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 756/2007 com a Emenda nº 1, 555/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 800, 536 e 634/2007, os dois últimos na forma do Substitutivo nº 1, 712/2007 com as Emendas nºs 1 e 2, 742/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 234, 457, 613 e 739/2007, todos na forma do Substitutivo nº 1, e 630/2007 com as Emendas nºs 1 e 2, 654/2007, 698/2007 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 725/2007 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Sargento Rodrigues). O Presidente informa que, na reunião anterior, o Deputado Sargento Rodrigues solicitou o adiamento de votação do parecer sobre o Projeto de Lei nº 929/2007, que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria com a Emenda nº 1. Anunciada a votação, o Deputado Sargento Rodrigues apresenta requerimento solicitando seja destacada a Emenda nº 1 inserida no parecer do relator. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. O Presidente submete a votação o parecer do relator, salvo destaque e propostas de emendas apresentadas pelo Deputado Weliton Prado, o qual é aprovado. A seguir, submete a votação a Emenda nº 1 destacada pelo Deputado Sargento Rodrigues, que é rejeitada. Logo após, submete a votação as Propostas de Emenda nºs 1 a 7, do Deputado Weliton Prado, as quais são rejeitadas. Nos termos do art. 138, § 1º, do Regimento Interno, o Presidente designa o Deputado Sebastião Costa para elaborar a nova redação do parecer sobre o Projeto de Lei nº 929/2007, que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 237, 464/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 422, 741/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 541/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição); 577/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa); 623/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 351, 561 (este, em virtude de redistribuição), 563 e 768/2007, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo relator, Deputado Gilberto Abramo. O Projeto de Lei nº 528/2007 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Gilberto Abramo, aprovado pela Comissão. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 617/2007, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Gilberto Abramo. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 675/2007, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo relator, Deputado Sebastião Costa. São convertidos em diligência, à Secretaria de Estado de Fazenda, o Projeto de Lei nº 730/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); e, à Secretaria de Planejamento e Gestão, os Projetos de Lei nºs 772/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição), 787 e 788/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 484/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 718, 746/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição); 763, 778/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 769, 776, 780, 784/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 773/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa); 783, 856 e 873/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 860/2007 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos em que se solicita sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 276, 544, 759, 781, 785, 789, 797 e 799/2007; ao DER-MG o Projeto de Lei nº 807/2007, e à Secretaria de Estado de Educação o Projeto de Lei nº 833/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sebastião Costa - Sargento Rodrigues - Delvito Alves - Hely Tarquínio.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 8/5/2007

Às 10h15min, comparece na Escola Estadual Dr. Agostinho da Silveira Silva, na cidade de Minas Novas, o Deputado Padre João, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o Deputado Padre João, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir os impactos ambientais provocados pelo avanço da monocultura do eucalipto na região e questões relacionadas ao uso e à ocupação das terras utilizadas para esse fim. Logo após, comunica o recebimento de ofício da Sra. Paula Azambuja, em que justifica sua ausência na reunião. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Luiz Antônio Chaves, Presidente do Iter-MG; José Henrique Gomes Xavier, Prefeito Municipal de Minas Novas; Vereador Jairton Edmilson Vieira de Castro, Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas; Conceição Aparecida Luciano, Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha - Campo Vale; Rubens Theodoro da Costa, Presidente da Acesita Energética; Paulo Sadi, Diretor de Florestas da Acesita Energética; e Afonso Arinos de Campos Gandra, Prefeito de Itamarandiba e Presidente da Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2007.

Padre João, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Chico Uejo.

ATA DA 10ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 9/5/2007

Às 9h25min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ruy Muniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: denúncia apresentada pela Sra. Maria das Dores Viana relativa ao falecimento de sua filha, Simone de Fátima Viana, ocorrido no Hospital do Instituto Raul Soares. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 674/2007 em turno único (Deputado Ruy Muniz); 635/2007 em 1º turno (Deputado Doutor Rinaldo); 665/2007, em turno único (Deputado Hely Tarquínio); 736/2007 em turno único (Deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 262 e 624/2007 (relator: Deputado Doutor Rinaldo), ambos na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça. O Deputado Ruy Muniz, relator do Projeto de Lei nº 226/2007 no 1º turno, que conclui pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, solicita o adiamento de discussão da referida matéria. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 350/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Ruy Muniz). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Ruy Muniz, ao Projeto de Lei nº 458/2007 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, é adiada a discussão da matéria, a requerimento do Deputado Doutor Rinaldo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 459/2007 (relator: Deputado Doutor Rinaldo). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 402, 432, 448 e 476/2007. Submetidos a discussão e

votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 246 e 256/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Pimenta, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 226/2007 remetido à Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte com a finalidade de que esta emita parecer sobre a matéria nos termos do art. 183 do Regimento Interno; Carlos Mosconi, subscrito pelos demais membros da Comissão de Saúde, em que solicita seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Deputado Sebastião Helvécio pela obtenção de grau de Doutor em Saúde Coletiva, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj -, ao defender tese de doutorado com o título "Sístoles e Diástoles no Financiamento da Saúde no Estado de Minas Gerais, no Período pós Constituição Estadual de 1989". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2007.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo - Ruy Muniz.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 9/5/2007

Às 9h27min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ademir Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Dirceu dos Santos Ribeiro, Prefeito Municipal de Ubá, publicado no "Diário do Legislativo" de 5/5/2007. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 278/2007, em turno único (Deputado André Quintão); 547/2007, em 1º turno (Deputado Chico Uejo); e 670/2007, em 1º turno (Deputado Inácio Franco). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em 1º turno, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 356/2007, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 460/2007, do Deputado Leonardo Moreira, 469/2007, do Deputado Domingos Sávio, 478/2007, da Comissão de Direitos Humanos, e 489/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão, solicitando seja realizada audiência pública desta Comissão com vistas à obtenção de esclarecimentos sobre o decreto de 20/4/2007, que desapropria imóveis de propriedade do Ipsemg em Belo Horizonte; e Ademir Lucas, em que solicita seja encaminhado ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado para obtenção de esclarecimentos sobre o último concurso realizado para ingresso nos serviços de cartórios em Minas Gerais, especificamente sobre o grande número de candidatos aprovados que ainda não tomaram posse e sobre os recursos que aguardam julgamento pelo Conselho de Magistratura do TJMG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente - Ivair Nogueira - Elisa Costa - Domingos Sávio - Inácio Franco - Ademir Lucas - Chico Uejo.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 9/5/2007

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Deiró Marra e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a tratar de assuntos de interesse da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: no 1º turno, Projetos de Lei nºs 59/2007 (Deputado Carlin Moura) e 195/2007 (Deputada Maria Lúcia Mendonça). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 283/2007 (relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça), 294/2007 (relator: Deputado Dimas Fabiano), e 590/2007 (relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça), todos na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 591/2007 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça, em virtude de redistribuição); no 1º turno, os Projetos de Lei nºs 186/2007 (relator: Deputado Carlin Moura, em virtude de redistribuição); e 210/2007 na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 569/2007 (relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 453, 456, 493 e 494/2007. Registra-se a presença do Sr. Washington Thadeu de Mello, Superintendente de Apoio Administrativo da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2007.

Deiró Marra, Presidente - Carlin Moura - Maria Lúcia Mendonça.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 9/5/2007

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Padre João, Chico Uejo e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Deputado Padre João, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o Projeto de Lei nº 409/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Em seguida, interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. João Marcos Caixeta, Assessor do Conselho Estadual de Política Agrícola - Cepa - e representante do Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; João Augusto Guabiraba, Coordenador do Cepa - Câmara Técnica de Seguro e Crédito Rural -; José Ricardo Ramos Roseno, Diretor Técnico da Emater-MG; Guilherme Gonçalves Teixeira, Assessor de Política Agrícola e Cooperativismo da Fetaemg; Magno Milton Oliveira, Coordenador de Políticas Agrícolas da Fetraf; Rodolfo Osório de Oliveira, Chefe da Assessoria Técnica da Faemg; e José Carlos Campelo, representante da Assembléia Legislativa no Cepa e Coordenador da Sub-Câmara de Seguro Agrícola, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao

debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos do Deputado Padre João, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 642/2007, de sua autoria, que dispõe sobre a política estadual de apoio às populações atingidas por barragens; e em que solicita seja formulado apelo à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento com vistas a que encaminhe a esta Comissão minuta do decreto que cria o Programa Estadual de Seguro Rural. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2007.

Padre João, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Chico Uejo - Getúlio Neiva.

ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 9/5/2007

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Almir Paraca e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Júlio, Ivair Nogueira, Adalclever Lopes e Ronaldo Magalhães. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Paulo de Tarso Morais Filho, Promotor de Justiça e Assessor Especial da Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, publicado no "Diário do Legislativo", em 5/5/2007. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 754/2007, em turno único (Deputado Almir Paraca); 347/2007, em 1º turno (Deputado Wander Borges); e 587/2007, em 1º turno (Deputado Fábio Avelar). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 131/2007 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: Deputado Fábio Avelar); 11/2007 (relator: Deputado Sávio Souza Cruz). Na fase de discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 131/2007, o Presidente faz a leitura de duas propostas de emenda apresentadas pelo Deputado Rômulo Veneroso ao Substitutivo nº 2 apresentado pelo relator, Deputado Fábio Avelar. Colocadas em votação, são as propostas de emenda rejeitadas. O Deputado Fábio Avelar, relator do Projeto de Lei nº 492/2007, em 1º turno, apresenta requerimento solicitando que a referida matéria seja baixada em diligência ao Instituto Mineiro de Gestão de Águas - Igam -, para que esse órgão preste as informações necessárias para a apreciação da matéria. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, avoca a si a relatoria do Requerimento nº 274/2007, da Comissão de Direitos Humanos, e apresenta requerimento convertendo a proposição em diligência à autora para que possa prestar os esclarecimentos necessários para a apreciação da matéria. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Antônio Júlio solicitando a realização de audiência pública, com os convidados que menciona, para discutir a ação da Polícia Ambiental e do IEF na aplicação de multas e apreensão de varas de pescar sem a autorização para tal, mesmo no caso de pesca amadora. A Presidência recebe requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes, solicitando a realização de audiência pública, conjuntamente com a Comissão de Turismo, com os convidados que menciona, para discutir os problemas e potencialidades da região do Lago de Furnas, e o resultado da elaboração dos planos diretores participativos dos Municípios que compõem aquela região; Padre João e Elisa Costa, solicitando a realização de audiência pública, com os convidados que menciona, para discutir os Projetos de Lei nºs 265/2007 e 35/2007, anexado ao primeiro; e Durval Ângelo, solicitando ao Sr. Flávio Alvim Leite informações a respeito da aquisição da espécie de orquídea "Laelia jongheana", ameaçada de extinção e exclusiva do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2007.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Wander Borges - Fábio Avelar - Almir Paraca.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 9/5/2007

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Djalma Diniz e Weliton Prado (substituindo este ao Deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Djalma Diniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Governador do Estado, em resposta ao Requerimento nº 385/2007, desta Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 235/2007 (relator: Deputado Djalma Diniz); 364/2007 (relator: Deputado Paulo Guedes); e 240/2007 (relator: Deputado Gil Pereira), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 447, 455, 468 e 472/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Ivair Nogueira, em que pleiteia sejam solicitadas ao Governador do Estado providências junto ao órgão competente, objetivando priorizar o início das obras de reforma do trecho da MG-445, que liga o Município de Guaraciaba ao Distrito de Vau-Açu, no Município de Ponte Nova; Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado apelo à Sra. Érica Drummond, Secretária de Turismo, com vistas a que exponha nesta Comissão as ações do Programa Decola Minas; Lafayette de Andrada, Elisa Costa, Sebastião Helvécio, Agostinho Patrús Filho e Zé Maia, com emenda do Deputado Weliton Prado, em que solicitam seja realizada reunião conjunta das Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Assuntos Municipais, para debater o ICMS incidente sobre o transporte intermunicipal de pequena distância; Djalma Diniz, em que solicita sejam convidados o Prefeito Municipal de Belo Horizonte e o Superintendente da Sudcap, para acompanharem a visita desta Comissão às obras de duplicação da Avenida Antônio Carlos, nesta Capital. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2007.

Juninho Araújo, Presidente - Inácio Franco - Gustavo Corrêa.

ATA DA 3ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 9/5/2007

Às 15h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e

Leonardo Moreira (substituindo este ao Deputado Jayro Lessa, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Gilberto Abramo e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Resolução nº 361/2007 (relator: Deputado Antônio Júlio) e dos Projetos de Lei nºs 72/2007 na forma do Substitutivo nº 3 (relator: Deputado Lafayette de Andrada), registrando-se o voto contrário da Deputada Elisa Costa; 134/2007 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça e 3, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social (relator: Deputado Antônio Júlio); 139/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Elisa Costa); 219/2007 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática (relator: Deputado Lafayette de Andrada); 225/2007 (relator: Deputado Leonardo Moreira, em virtude de redistribuição) e 426/2007 (relator: Deputado Antônio Júlio, em virtude de redistribuição) na forma dos substitutivos que receberam o nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 213/2007, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Lafayette de Andrada. Os Projetos de Lei nºs 68, 172 e 442/2007 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 452 e 467/2007. O Presidente designa o Deputado Lafayette de Andrada para emitir Parecer sobre o Requerimento nº 461/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Júlio em que solicita seja encaminhado ofício à Administração de Estádios de Minas Gerais - Ademg -, solicitando a apresentação, na reunião a ser agendada pela Comissão, de todos os contratos de arrendamento em vigor até a presente data, para discutir irregularidades na sua administração; Gilberto Abramo, em que pleiteia sejam encaminhados ofícios a todos os secretários de Estado e autarquias solicitando o envio a esta Casa dos valores gastos em publicidade com o jornal "Estado de Minas", e seja realizada reunião para debater o referido assunto; da Deputada Elisa Costa em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o funcionamento e a aplicação de recursos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado e o Projeto de Lei nº 68/2007, que altera a Lei nº 15.910, de 2005, que dispõe sobre o Fundo; e dos Deputados Antônio Júlio, Agostinho Patrús Filho, Lafayette de Andrada, Zé Maia, Sebastião Helvécio e Weliton Prado e da Deputada Elisa Costa, em que solicitam seja realizada reunião conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Assuntos Municipais e Regionalização, para debater, em audiência pública, a questão alusiva ao ICMS incidente sobre o transporte intermunicipal de pequena distância. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2007.

Sebastião Helvécio, Presidente - Lafayette de Andrada - Ronaldo Magalhães - Weliton Prado.

ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 9/5/2007

Às 16h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa (substituindo a Deputada Cecília Ferramenta, por indicação da Liderança do PT) e os Deputados Weliton Prado, Ronaldo Magalhães, Wander Borges e Eros Biondini (substituindo este ao Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Weliton Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 32/2007, da Deputada Elisa Costa, que dispõe sobre o Núcleo Estadual de Engenharia e Arquitetura Públicas - Neap-MG. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Edicleusa Veloso Moreira, Diretora de Execução de Projetos de Saneamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; os Srs. Gilson de Carvalho Queiroz, Presidente do Crea-MG; Maurício Fernandes da Costa e Hélio Araújo Campos Filho, respectivamente, Assessor da Presidência e Diretor de Valorização Profissional do Crea-MG; Leonardo Castriota, Coordenador do Programa de Arquitetura Pública da UFMG; Álfio Conti, Professor de Arquitetura e Urbanismo da PUC-MG; José Osvaldo Lasmár, Pesquisador da Fundação João Pinheiro; Roberto Matozinhos, Assessor Técnico do Sinduscon-MG; Anivaldo Matias, Diretor do Sindicato dos Engenheiros; Paulo Henrique Francisco dos Santos e Júnia Márcia Neves, respectivamente, Inspetor-Chefe e Inspetora-Tesoureira do Crea-MG. A Presidência concede a palavra à Deputada Elisa Costa, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 434, 435, 436, 458, 473, 474, 477, 487 e 488/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Padre João em que solicita seja realizada audiência pública para se discutir e dar encaminhamento à política habitacional no Estado de Minas Gerais; Weliton Prado, Wander Borges e Ronaldo Magalhães, solicitando realizar reunião conjunta com as Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para se debater, em audiência pública, a questão da incidência do ICMS sobre o transporte intermunicipal de curta distância. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2007.

Weliton Prado, Presidente - Ronaldo Magalhães - Eros Biondini - Wander Borges.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 10/5/2007

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Vanderlei Miranda, Bráulio Braz e Eros Biondini, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, as Deputadas Elisa Costa e Rosângela Reis e os Deputados Alberto Pinto Coelho, Domingos Sávio, Weliton Prado, Gustavo Corrêa, Delvito Alves, Doutor Rinaldo e Inácio Franco. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bráulio Braz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o projeto de expansão do Parque Siderúrgico da Usiminas, situado na cidade de Ipatinga, e seus impactos na Região Metropolitana do Vale do Aço e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Sídon Etrusco, Diretor de Metalurgia da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, representando Márcio Lacerda, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Rinaldo Campos Soares, Presidente da Usiminas; Pedro Parizzi, Assessor Parlamentar da Fiemg, representando Robson Braga de Andrade, Presidente do Sistema Fiemg, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Cecília Ferramenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Doutor Rinaldo em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão, com a finalidade de ouvir o Presidente da Transpetro, Sr. Sérgio Machado, sobre o programa de investimentos da empresa, que envolve em sua primeira etapa a fabricação de 26 navios, com 65% de

nacionalização; Vanderlei Miranda em que solicita a realização de audiência pública, com o intuito de debater a ação fiscalizadora ocorrida no Shopping Oiapoque, na cidade de Belo Horizonte, e em que solicita seja realizada uma visita da Comissão ao referido "shopping". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2007.

Vanderlei Miranda, Presidente - Eros Biondini - Cecília Ferramenta - Bráulio Braz.

ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 10/5/2007

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Padre João, Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Deputado Padre João, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar matérias constantes na pauta e a apreciar proposições da Comissão. Logo após, comunica o recebimento da seguinte correspondência: Ofício nº 980/2007, do Sr. Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, publicado no "Diário do Legislativo" de 5/5/2007. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 409/2007, no 2º turno (Deputado Padre João). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 409/2007 na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1 desta Comissão (relator: Deputado Padre João); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 56/2007 na forma do Substitutivo nº 2, desta Comissão, e pela rejeição do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Chico Uejo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 457/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Padre João e Chico Uejo, em que solicitam seja encaminhado documento oriundo do Debate Público "A Perda de Renda do Produtor Rural na Atual Fase de Crescimento do Agronegócio Mineiro e Brasileiro", realizado em 26/3/2007, nesta Assembléia Legislativa, aos Srs. José Alencar Gomes da Silva, Vice-Presidente da República, Luis Dulci, Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Walfrido dos Mares Guia, Ministro-Chefe da Secretaria das Relações Institucionais da Presidência da República, Guilherme Cassel, Ministro do Desenvolvimento Agrário, Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Guido Mantega, Ministro da Fazenda, e ao Deputado Federal Marcos Montes, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados; solicita, ainda, seja agendada reunião dos membros da Comissão com as autoridades citadas para discussão e providências. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2007.

Getúlio Neiva, Presidente - Chico Uejo - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 5ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 14/5/2007

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e João Leite, membros da Comissão de Direitos Humanos; o Deputado Sargento Rodrigues, membro da Comissão de Segurança Pública. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada, sendo ela subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar audiência pública para obter esclarecimentos sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes no Estado, ocorrido nos anos de 2005 a 2007. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião e registra a presença das Sras. Cristina Coeli Cicarelli Masson, Delegada Titular da Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida; Selmara Mamede Simões Ferreira, Coordenadora I do Ministério Público, representando o Sr. Lucas Rolla, Promotor de Justiça, Coordenador da Promotoria de Infância e Juventude; e Wagner Pinto de Souza, Delegado Titular da Divisão de Crimes contra a Vida, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, que tece considerações sobre o assunto em tela. O Presidente esclarece que não haverá debate, em virtude do não-comparecimento dos policiais e dos familiares convidados. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros das Comissões para a próxima reunião, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2007.

Durval Ângelo, Presidente - Luiz Tadeu Leite - João Leite - Ademir Lucas - Sargento Rodrigues - Leonardo Moreira.

ATA DA 6ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 15/5/2007

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou o relator citado a seguir: emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 929/2007, no 1º turno (Deputado Domingos Sávio). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente determina a distribuição de avulsos, solicitada pelo relator, Deputado Domingos Sávio, do parecer sobre emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 929/2007, em 1º turno, o qual conclui pela rejeição das Emendas nºs 6 e 7, 9 a 16 e 22 e 24. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, na mesma data, às 16 horas, para se apreciar o parecer do relator sobre emendas ao Projeto de Lei nº 929/2007, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Ademir Lucas - Domingos Sávio - Chico Uejo.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial PARA O Estudo DA ATENÇÃO À Pessoa com Transtorno Mental, DEFICIÊNCIA MENTAL OU AUTISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 15/5/2007

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Célio Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Lúcia Mendonça, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Colocado em votação, é aprovado o cronograma dos trabalhos da Comissão. Por consenso dos membros da Comissão, fica decidida a alteração do dia e do horário das reuniões ordinárias, passando estas para as segundas-feiras, às 15 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2007.

Célio Moreira, Presidente - Maria Lúcia Mendonça - Walter Tosta.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 16/5/2007

Às 15h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Antônio Carlos Arantes e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Helmut Schwarzer, Secretário Executivo do Fórum Nacional da Previdência Social, publicado no "Diário do Legislativo" de 10/5/2007. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 482, 646, 650, 655, 690, 737, 738/2007 (Deputado Walter Tosta); 644, 647, 659/2007 (Deputado Domingos Sávio); 645, 648, 691, 695/2007 (Deputado Antônio Carlos Arantes); 460, 651, 693, 694/2007 (Deputada Elisa Costa); 688/2007 (Deputada Rosângela Reis), todos em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 287/2007, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça; e 425/2007, em 1º turno, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Walter Tosta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 316/2007 (relator: Deputado Walter Tosta); 605/2007 (relator: Antônio Carlos Arantes) e 647/2007 (relator: Deputado Domingos Sávio), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 475, 499 e 500/2007, este com a Emenda nº 1, apresentada pelo Deputado Antônio Carlos Arantes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Durval Ângelo, em que solicita a realização de reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Direitos Humanos para debater a precarização das relações de trabalho e violações aos direitos fundamentais por parte da Cemig. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2007.

Rosângela Reis, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Walter Tosta.

ATA DA 11ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 17/5/2007

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, João Leite e Luiz Humberto Carneiro (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e acusa o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios de reeducandos da Casa de Albergue Presidente João Pessoa, nesta Capital, pedindo ajuda a esta Comissão quanto aos maus-tratos sofridos nesse estabelecimento prisional; Paulo Alkmim, Ouvidor de Polícia do Estado, informando que o Processo nº 7.446 foi encaminhado à Corregedoria da Polícia Militar para apuração dos fatos; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil, e da Sra. Shirley Fenzi Bertão, Promotora de Justiça, Coordenadora do CAO-MA, publicados no "Diário do Legislativo" do dia 12/5/2007. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 794/2007, em turno único (Deputado João Leite). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (7), em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão, em Barão de Cocais, destinada a obter esclarecimentos sobre o homicídio de Diego Luiz dos Santos, ocorrido em 8 de abril; seja realizada audiência pública, com os convidados que menciona, para debater as reportagens publicadas no jornal "Estado de Minas", do jornalista Lucas Figueiredo, sobre a documentação referente à atuação do Exército Brasileiro durante a ditadura militar; seja realizada visita desta Comissão à cadeia pública de Barão de Cocais, para ouvir os autores do homicídio praticado contra Diego Luis dos Santos; sejam enviados ofícios ao Comando do 18º Batalhão da PMMG e à Corregedoria da Polícia Militar do Estado, encaminhando cópia do relatório endereçado à Ouvidoria de Polícia, para tomada de providências, sobre possível abuso de autoridade contra o Sr. Donald Antônio de Castro Pedroso, ocorrido em Contagem no dia 30/3/2007; ao Governador do Estado, solicitando agilidade no agendamento da assinatura do termo de adesão ao Plano Nacional de Prevenção e Controle da Tortura, junto à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; à Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Leopoldo e à Corregedoria da Polícia Militar do Estado, encaminhando cópias das notas taquigráficas desta reunião, para tomada de providências, com o depoimento do Sr. José Walter Nunes, que denuncia possível abuso de autoridade por parte de policiais militares, especialmente o Cabo Ermon, conhecido como "Cabo Ermonstro", no dia 10/5/2007, em Pedro Leopoldo; e ao Secretário de Defesa Social, solicitando providências para impedir a continuidade de edificação de um muro, realizada por parte da PMMG, em terreno com posse "subjudice", situado na Rua Januária, 50, em Belo Horizonte; João Leite, em que solicita seja realizada audiência pública, para discutir, com os convidados que menciona, a situação dos funcionários públicos sindicalizados da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que denunciaram a suspensão do repasse das contribuições sindicais dos filiados e o impedimento de licenças sindicais por parte da administração pública municipal. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2007.

Durval Ângelo, Presidente - Luiz Tadeu Leite - João Leite.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 361/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 325/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 11/2007, do Governador do Estado, que altera o § 3º do art. 16-B da Lei nº 7.772, de 8/9/80. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 20/2007, do Deputado Eros Biondini, que modifica a Lei nº 13.188, de 20/1/99. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 29/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Programa Estadual de Crédito Popular - Credpop. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 132/2007, do Deputado Adalclever Lopes, que estabelece a cobrança de preço público pela utilização de bens de domínio ou de propriedade do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 322/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ituiutaba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 380/2007, do Deputado Paulo Cesar, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 522/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóveis que descreve ao Município de Novo Cruzeiro. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 930/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Belo Horizonte. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 23/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 278/2007, do Deputado Célio Moreira.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 19/2007, do Governador do Estado; e Projetos de Lei nºs 433/2007, do Deputado Leonardo Moreira, e 670/2007, do Deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 23/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 122/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 635/2007, do Deputado Weliton Prado e do Deputado Vanderlei Jangrossi.

Em turno único: Projeto de Lei nº 665/2007, do Deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 736/2007, do Deputado Célio Moreira.

Requerimentos nºs 555/2007, do Deputado Jayro Lessa; 558/2007, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 23/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 533/2007, do Deputado Carlin Moura.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 604/2007, do Deputado Zé Maia; 746/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 507/2007, do Deputado Jayro Lessa; 543/2007, do Deputado Walter Tosta; 544/2007, do Deputado Zezé Perrella .

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 23/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 59/2007, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 556/2007, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 23/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública, os problemas regionais do meio ambiente no Sul de Minas, conhecer a atuação da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável dessa região, além de debater os possíveis impactos ambientais e sociais da construção de uma usina de compostagem no Município de Córrego do Bom Jesus, em terreno situado na divisa com o Município de Cambuí.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h30min do dia 23/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 305/2007, do Governador do Estado; 320/2007, do Deputado Domingos Sávio; 456/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 930/2007, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 56 e 622/2007, do Deputado Weliton Prado; 68/2007, do Deputado Paulo Guedes; 89 e 186/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 291/2007, do Deputado Carlos Pimenta; 324/2007, do Deputado Zé Maia; 350/2007, do Deputado Doutor Viana; 356/2007, do Deputado Durval Ângelo; 477/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.025/2007, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 461/2007, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h15min do dia 23/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 23/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 158/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 546/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 554/2007, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 23/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 144/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 267/2007, do Deputado João Leite; 389/2007, do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 339/2007, do Deputado Arlen Santiago; 460/2007, do Deputado André Quintão; 600/2007, do Deputado Célio Moreira; 644, 645, 646/2007, da Deputada Elisa Costa; 648, 650, 651/2007, do Deputado Domingos Sávio; 655/2007, do Deputado Célio Moreira; 688/2007, da Deputada Cecília Ferramenta; 690, 691/2007, do Deputado Doutor Viana; 693, 694, 695/2007, do Deputado Jayro Lessa; 737, 738/2007, do Deputado Célio Moreira.

Requerimento nº 525/2007, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16h30min do dia 23/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 550 a 553/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 561/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 562/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 564/2007, do Deputado Carlos Pimenta; e 565/2007, do Deputado Doutor Viana.

Finalidade: debater soluções para minimizar os impactos do iminente despejo da Comunidade Novo Lajedo diante da concessão de medida liminar de reintegração de posse.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 23/5/2007, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 361/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; dos Projetos de Lei nºs 11/2007, do Governador do Estado, que altera o § 3º do art. 16-B da Lei nº 7.772, de 8/9/80, que dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente; 20/2007, do Deputado Eros Biondini, que modifica a Lei nº 13.188, de 20/1/99; 29/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Programa Estadual de Crédito Popular; 132/2007, do Deputado Adalclever Lopes, que estabelece a cobrança de preço público pela utilização de bens de domínio ou de propriedade do Estado e dá outras providências; 322/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ituiutaba o imóvel que especifica; 325/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista o imóvel que especifica; 380/2007, do Deputado Paulo Cesar, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos os imóveis que especifica; 522/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóveis que descreve ao Município de Novo Cruzeiro; e 930/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Belo Horizonte; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de maio de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/5/2007, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de avaliar o funcionamento e a aplicação dos recursos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas - Fhidro - e debater o Projeto de Lei nº 68/2007, do Deputado Paulo Guedes, que altera a Lei nº 15.910, de 21/12/2005, que dispõe sobre o referido Fundo e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2007.

Zé Maia, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 650/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Domingos Sávio, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Novo Oriente, com sede no Município de Luz.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 650/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Novo Oriente, que tem por principal finalidade melhorar a infra-estrutura da região onde está situada e, para tanto, firma convênios com instituições semelhantes, autarquias e órgãos públicos.

Ademais, desenvolve programas que possam produzir emprego e renda e outros voltados para o esporte e a cultura. Trabalha para oferecer melhores condições de vida aos segmentos carentes, com destaque para os serviços de saúde oferecidos a crianças, gestantes e idosos.

Pelo seu trabalho, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 650/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2007.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 655/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública a Creche Lar das Crianças São Vicente de Paulo, com sede no Município de Belo Horizonte.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 655/2007 pretende declarar de utilidade pública a Creche Lar das Crianças São Vicente de Paulo, que tem por finalidade dar assistência a menores de ambos os sexos, filhos de mães carentes que trabalham fora do lar, zelando para que tenham, de acordo com a idade, educação, além de alimentação e atividades recreativas. Seus serviços são gratuitos e ela se propõe manter outras unidades de prestação de serviços, de conformidade com as suas possibilidades e as demandas das comunidades.

Pelo seu esforço de relevância social, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 655/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2007.

Walter Tosta, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/5/2007

A Deputada Maria Lúcia Mendonça* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa presente, telespectadores da TV Assembléia, ao ocupar esta tribuna, recorde-me de uma fala da também Deputada e, hoje, Secretária de Estado, Elbe Brandão, durante a solenidade de lançamento da II Conferência Estadual da Mulher. Naquele dia, a nossa colega Elbe Brandão, cara amiga Deputada Gláucia, dizia que a Deputada tem uma tarefa muito difícil, pois, além de todos os seus afazeres nos dias de trabalho interno da Assembléia Legislativa, ainda dedica seus finais de semana aos encontros políticos em sua base, restando pouco tempo, ou quase nada, para a família, e mesmo para o descanso. E acredito que isso ocorre também com os Deputados. E assim tem sido, na prática, a minha vida, Sr. Presidente, nestes quase três meses e meio de minha grande experiência parlamentar - que muito tem contribuído para o crescimento da minha pessoa. Decidi, hoje, destacar algumas dessas ações que venho desenvolvendo, ora individualmente pelo meu mandato, ora de uma forma orgulhosa e coletiva com a bancada feminina desta Casa. No último dia 9, tivemos a satisfação de participar, junto com as Deputadas Cecília Ferramenta, Rosângela Reis e Gláucia Brandão, de uma reunião, na Rádio Itatiaia, com o Diretor-Presidente dessa emissora, Sr. Emanuel Carneiro, que nos recebeu com toda a delicadeza e atenção, e também com o Diretor de Jornalismo, Márcio Dotti. Ali, discutimos a importância da atividade parlamentar, a importância das mulheres nessa atividade e na ocupação de espaços de poder, e como a mídia é necessária e útil para a sociedade, ao divulgar assuntos de interesse das mulheres.

Sensibilizado com a nossa visita, imediatamente foi solicitada a presença de uma repórter e foram gravadas quatro entrevistas, uma com cada Deputada presente, abordando os assuntos pertinentes à 2ª Conferência de Políticas Públicas para Mulheres, que será realizada em Belo Horizonte nos dias 9 e 10/7/2007. Gostaríamos que os Deputados também atentassem para a importância desse dia.

A mim coube conclamar os Prefeitos das cidades do interior para que convocassem a conferência municipal. E nada melhor do que a Rádio Itatiaia para isso, com o seu alcance, que vai aos mais distantes pontos de Minas Gerais.

O nosso muito-obrigado ao Sr. Emanuel Carneiro, que se tornou naquele momento um grande parceiro em nossas lutas. Na quinta-feira, a convite da Deputada Cecília Ferramenta, estive, com as nossas amigas Deputadas Rosângela Reis e Elisa Costa, na Conferência Municipal de Mulheres de Coronel Fabriciano, no Vale do Aço, que teve o formato de uma regional, com a participação das cidades de Ipatinga, Timóteo e Pingo d'Água.

Quero destacar o sucesso dessa conferência e, mais que isso, quero elogiar todas as minhas companheiras, colegas Deputadas. Estamos agindo, Srs. Deputados, como uma bancada feminina de fato. Há uma união de esforços e de interesses. E só assim é possível realizar um trabalho produtivo.

Somos de partidos diferentes, mas lutamos pelo mesmo ideal e, acima de tudo, complementamo-nos nesse trabalho. Obrigada por estarmos juntas nessa batalha cotidiana por uma vida melhor e mais digna para as mulheres de nosso Estado.

No dia 11/5/2007, sexta-feira passada, estive na cidade de Leopoldina, na Zona da Mata mineira, reunida com vários representantes da sociedade, quando discutimos, em audiência pública, as necessidades emergenciais da Santa Casa de Caridade, localizada nesse Município. Da audiência, ficou acertada a elaboração de um documento que me será enviado, para que eu possa encaminhá-lo ao grande Secretário de Saúde, Marcus Pestana, que, com sua sensibilidade, tenho certeza, nos auxiliará na resolução dessas questões.

A Deputada Rosângela Reis (em aparte) - Parabenizo V. Exa. pelo discurso, por apoiar a luta aguerrida da bancada feminina nesta Casa. Somos 6 Deputadas entre 71 Deputados, mas somos unidas, somos uma bancada suprapartidária, uma bancada aguerrida em defesa dos que mais necessitam, em defesa dos espaços das mulheres. Que possamos, por meio da conferência estadual, traçar esse plano, consolidar esse trabalho para que criemos as tão sonhadas políticas públicas para a classe feminina em Minas Gerais. Parabenizo V. Exa. e deixo a abertura desse espaço para os Deputados presentes, no trabalho de parceria conosco. Que, cada vez mais, possamos ver nossa bancada crescer, para fazermos um trabalho efetivo em prol das políticas públicas do Estado de Minas Gerais no que tange às mulheres, aos adolescentes e a outros segmentos. Mais uma vez, obrigada e parabéns.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça* - Obrigada. V. Exa. enriquece não apenas a bancada feminina, mas esta Casa Legislativa. Concordo plenamente com a declaração de que, apesar de sermos seis Deputadas, somos maioria em termos de população, e, se representamos todas as mulheres, na realidade não somos apenas seis. Representamos a maioria das mulheres, e esse número é bem grande.

Sábado, dia 12, estivemos em Guarani, mais uma cidade de minha região, onde realizamos a etapa municipal da Conferência de Mulheres, com a presença das Vereadoras Rita Andrade e Alcione Halfeld e da Vice-Prefeita Luciana Alvim Belloti Furtado. Foi com muita alegria que encontrei três mulheres nesse Município ocupando cargos político-partidários. Elas conseguiram reunir um grupo significativo de mulheres e realizaram um belo e produtivo trabalho naquele evento. Também estavam lá, a convite da organização, duas grandes mulheres do Município de Juiz de Fora: Fátima Rodrigues Monteiro, coordenadora da Amac, e Regina da Conceição Perito, Defensora Pública e Presidente do Conselho Municipal de Mulheres de Juiz de Fora. Na oportunidade, fiz minha palestra sobre a mulher nos espaços de poder, intitulada "Mulher, tome partido!".

Na segunda-feira, dia 14, houve a Conferência Municipal de Leopoldina, também com muito sucesso e com a participação de dezenas de mulheres da cidade, quando também tive oportunidade de salientar alguns aspectos que considero importantes na nossa luta pela compreensão das diferenças na busca da igualdade.

Aproveitei a oportunidade de estar em Leopoldina para me reunir com a Superintendente Regional de Ensino, Maria José, quando discutimos a segunda etapa da eleição de Diretoras de escolas, assunto que muito me preocupa. Tenho certeza de que essa também é uma preocupação dos Deputados que participam da vida escolar e do desenvolvimento educacional de seus Municípios. Não podemos permitir que ocorra nesta segunda etapa o acontecido na primeira etapa. Se essa eleição de Diretores tornar-se tumultuada, e se fizerem politicagem ao invés de política pública, esquecendo-se de ensinar ao aluno o valor do voto, perderemos o espaço escolar para o preparo de futuros cidadãos.

Como os Srs. Deputados e Deputadas e os telespectadores da TV Assembléia vêem, esses foram dias muito produtivos e de intenso trabalho, o

que reforça todos os compromissos que assumi em minha campanha, de lutar pela Zona da Mata mineira e buscar uma ligação maior entre a região e o governo de Minas. Isso ficou bem marcado em minha visita ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Alberto Duque Portugal, quando recebi a boa notícia de que a nossa demanda pela instalação de uma unidade das Faculdades Integradas de Cataguases em Carangola foi atendida. Trata-se de um pleito dessa instituição de ensino já há algum tempo e que irá tornar-se realidade. Agora, estamos promovendo uma ação para que seja criado o curso de Direito em Carangola.

Reunimo-nos também com o Secretário de Saúde, Marcus Pestana, para discutir problemas específicos dos hospitais de nossa região, como a necessidade de equipamentos, remédios e veículos. Saímos da reunião com a certeza da boa-vontade do Secretário e do seu compromisso com o interior de Minas. O que irá estender, ainda mais, o grande trabalho que o Governador Aécio Neves vem fazendo nesse processo de interiorização do desenvolvimento.

Gostaria de registrar a minha visita ao Presidente do Tribunal de Contas e pedir aos Deputados e às Deputadas que nos juntemos em busca de uma solução para nossa grande preocupação. Todos conhecemos auxiliares de serviços gerais e professores da rede estadual de ensino que têm tempo de serviço e idade suficientes para se aposentarem e, infelizmente, não são concursados.

O que fazer com essas pessoas, que são como nós, que precisam de aposentadoria, que são baluarte do progresso e do desenvolvimento da educação? O que seria de nós sem os auxiliares de serviços gerais das escolas e sem os professores? Para mim, tudo na escola é educação. São mais de 20 mil pessoas que estão nessa situação. Alguns profissionais vieram a falecer, e as famílias estão ficando sem recursos para dar continuidade a sua vida.

Conversei com o Presidente do Tribunal, Conselheiro Elmo Braz, e a minha inquietação é grande. Na próxima semana, devo falar com o nosso Vice-Governador sobre o que pode ser feito para que essas pessoas também tenham seus direitos assegurados para darem dignidade a suas famílias.

Iniciaremos um trabalho sobre essa questão, e quero que me ajudem, para que possamos ajudar essa grande massa da população que está sendo esquecida.

Por fim, uma saudação à querida cidade de Muriaé, onde vivi grande parte de minha vida. Lá iniciei minha vida como profissional da área de educação. Lá tive três filhos. O meu quarto filho nasceu em Cataguases. Foi lá onde estudei e participei de movimentos da Igreja, movimentos para recuperação de pessoas. Ontem Muriaé completou 152 anos de emancipação política. Deixo aqui os meus cumprimentos àquela comunidade de que tanto gosto e amo, que é um exemplo de desenvolvimento para os demais Municípios da Zona da Mata mineira. Parabéns, Muriaé, pelos seus 152 anos de emancipação política. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembléia, volto a me pronunciar sobre a questão da segurança pública na minha região. Trabalhamos, avançamos, discutimos e recebemos o apoio do Secretário de Defesa Social, dos segmentos da região e da Polícia Militar, por meio do Cel. Hélio dos Anjos. Paraíso tem melhorado, mas precisamos que melhore muito mais, portanto esperamos que as propostas colocadas em pauta levem melhores e maiores benefícios para Paraíso e região. Trata-se de uma grande preocupação. Na região, ainda há muito problema, e segurança pública é caso sério. Precisamos continuar juntos e avançar na questão.

Hoje tivemos uma audiência importante para tratar da Defensoria Pública, cuja greve já se arrasta por quase 100 dias. Vários Deputados, incluindo a nossa Presidente, Deputada Rosângela Reis, estiveram presentes na Comissão do Trabalho, junto aos Defensores. Esperamos que na semana próxima haja acordo sobre o que foi discutido naquele momento e que os Defensores e o governo cheguem a um bom entendimento.

Gostaria de falar também sobre o projeto de seguro rural, do Governador Aécio Neves, que foi aprovado na semana passada. Aliás, ele passou pela Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Esse projeto complementarará 25% do seguro para o produtor rural. Trata-se de importante projeto, que atende aos clamores do produtor rural. Mas ouvi algumas manifestações aqui no Plenário como se esse projeto fosse a solução, pois agora o produtor estaria coberto com 50% do seguro por meio do governo federal e 25% do governo estadual. Sendo assim, o produtor já não terá problema. Não é bem isso. Primeiro, no âmbito federal, colocam-se somente 50% do prêmio, mas há carência e necessidade acima de R\$1.000.000.000,00 no Orçamento do governo federal, que só tem aplicado R\$150.000.000,00. É uma defasagem muito grande, excluindo 70% ou 80% dos produtores que precisam de seguro.

Agora, aumentando 25% do incentivo do Estado, o Governador faz uma grande ação, e nós também, na Assembléia, aprovando esse projeto, que estimulará o setor privado a entrar no seguro rural. Isso poderá aumentar o volume de dinheiro, e uma parte maior de produtores poderá ter o atendimento do seguro rural, principalmente neste momento em que o País e o mundo passam por um aquecimento global, com intempéries do tempo cada dia maiores, excesso de chuva e seca para todo o lado. A cada ano, o produtor precisará estar mais protegido e seguro. É um incentivo, uma indução, que ajudará, mas não solucionará ainda a questão do produtor, que está empobrecido e sofrido. Isso foi abordado nos debates realizados na Assembléia, por iniciativa da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Montamos a Carta de Minas e fomos recebidos em Brasília pelo Ministro Walfrido dos Mares Guia, em audiência marcada pelo Deputado Federal Carlos Melles. O Ministro ficou sensível e propôs receber-nos em uma nova audiência, para uma nova discussão, mas até agora não deu retorno, o que nos preocupa muito. A verdade é que o produtor continua desamparado e com suas dívidas vencendo, a do café, a do milho. Por sinal, o milho e a soja caíram novamente, e o produtor continua endividado e sem ver luz no fim do túnel, para buscar sua sobrevivência no campo.

Não consigo entender um País em que o agronegócio gera 37% do emprego e 27% do PIB nacional que não tenha uma política de apoio e desenvolvimento direcionada e que dê segurança ao produtor. Mas continuaremos batalhando, lutando bastante.

Na segunda-feira próxima, às 10 horas, o Teatro da Assembléia será palco de uma discussão importante, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Estamos convidando os Deputados Estaduais para que, juntos, possamos fortalecer o nosso grupo, ligado à microempresa e à pequena empresa. Os Deputados Federais Carlos Melles, Presidente da Comissão, e José Pimentel, relator, estarão aqui, juntamente com o Presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, e com o pessoal do Sebrae da região. Nesse dia será discutida e mostrada a Lei Geral, que foi aprovada, que é muito importante, porque chegará de forma muito boa ao microempresário e ao pequeno empresário. Diminuirá em torno de 70% dos impostos para microempresários e pequenos empresários. Temos a obrigação e queremos fortalecer o nosso grupo, ligado à microempresa e à pequena empresa. Depois, a Comissão será recebida pelo Governador Aécio Neves.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado Antônio Carlos Arantes, serei muito breve, pois estou utilizando o seu tempo, e vou dar uma notícia alvissareira à população de Minas Gerais. Hoje, pela manhã, houve uma audiência pública da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social, com a presença de Defensores Públicos, em que foi discutida a situação da Defensoria, a história que todos no Parlamento conhecemos. Os Defensores expuseram suas dificuldades e seus pleitos. Após a reunião, fizemos contatos com setores do governo,

que sinalizou aos Defensores que, se eles concordassem em suspender a greve - amanhã haverá uma assembléia geral da categoria -, imediatamente abriria com eles um canal de negociação pacífica, dentro do bom-senso e da boa-vontade entre as partes.

O que se pede é boa-vontade para que se construa um canal de diálogo. O governo sinalizou, de maneira positiva, nesse sentido e pede agora que os Defensores também sinalizem positivamente para que se possa construir o diálogo e, em comum acordo, numa reunião, cheguem a uma definição.

Deputado Antônio Carlos Arantes, muito obrigado pelo aparte, afinal seu tempo é muito precioso.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Eu é que lhe agradeço. Participei também, como já disse, dessa audiência pública, e minha proposta foi para que houvesse uma suspensão da greve por um tempo determinado. Se chegarem a um acordo, ótimo; e espero que isso ocorra. Do contrário, os Defensores voltariam à greve, um direito de toda a categoria.

Gostaria de manifestar também minha satisfação quanto ao aumento que o governo do Estado concedeu à Polícia Militar. Aprovamos aqui um aumento de 33%, enquanto o governo da Bahia, do PT, aumentou só 3%, ou melhor, estão-se propondo 3% para o funcionalismo ligado à segurança e à educação. Nosso governo, por projeto aprovado nesta Assembléia, concedeu um aumento de 33%, escalonado em três anos. Esperamos que isso possa chegar também às outras categorias, o que, tenho a certeza, é uma das grandes preocupações do Governador Aécio Neves.

Quero continuar falando sobre a lei geral. Estou aqui colhendo as assinaturas dos Deputados para que seja recriada, nesta Casa, a frente parlamentar em defesa da microempresa e da pequena empresa. As notícias diárias, em todos os canais de televisão, sobre a queda do dólar assustam-nos, pois é o fruto de uma política perversa, de uma economia que asfixia o cidadão que produz neste país. Com essa baixa do dólar, a situação só piora.

Preocupa-nos o desmantelamento do setor produtivo da indústria brasileira, que é tão competente, e a asfixia contínua do produtor rural. O preço do café cai a cada dia, as "commodities" do setor agrícola também sofrem queda. Há uma grande preocupação com o que acontece neste país. Está na hora de o governo entender que precisa haver mecanismos de proteção e de apoio ao setor produtivo nacional, que gera tantos empregos no País. É um dos orgulhos de nosso país a capacidade e a competência do nosso produtor, tanto rural quanto industrial.

Quero manifestar-me também acerca da satisfação pela visita do nosso Governador à nossa querida cidade de Passos, que fez 149 anos de fundação na segunda-feira. O Governador foi a Passos, a maior cidade da região, para inaugurar várias obras. Em seguida, seguiu para São Paulo. Foram inauguradas casas nas cidades de Pratápolis, Itaú de Minas e São Tomás de Aquino. Trabalhamos juntos - nós, o governo e a Cohab - em prol desses projetos. Na cidade de Passos, o Governador pôde inaugurar uma bela rodoviária, à altura do povo daquela cidade hospitaleira, que desenvolve, cada dia mais, nossa região. Cumprimento o povo de Passos pelo aniversário da cidade.

Gostaria, ainda, de me manifestar sobre a vinda do Papa ao Brasil, naquela semana importante e ímpar. Visitou-nos um Papa de quem ainda não tínhamos aprendido - digo isso pessoalmente - a gostar, assim como gostávamos do Papa João Paulo II. Isso é natural, pois é difícil substituir uma pessoa como o Papa anterior. O atual Papa é muito melhor que imaginávamos. Ele, no Brasil, mostrou muita humildade e simpatia, além de que não é um burocrata, que fica seguindo tudo o que foi planejado. Ele, que se adaptava a cada momento e a cada necessidade, mostrou para o Brasil a importância da fé e da Igreja Católica. Sua visita foi fundamental para o Brasil.

Fiquei muito feliz porque Sua Santidade se manifestou fortemente contra o aborto. Era preciso esse posicionamento porque já se iniciava um zunzum, uma discussão muito forte e até apoiada pelo Ministro da Saúde, Temporão, e pelo Presidente Lula. Essa é a verdade. Nós, que somos católicos praticantes, não podemos aceitar nem a discussão sobre a legalização do aborto. Temos de provocar e aceitar discussões, mas em torno da valorização da vida e da fé em Deus.

O Papa teve atitudes que não esperávamos, como quando fez uma visita à Fazenda da Esperança, dos drogados. Foi um gesto muito bonito, que chamou a atenção da comunidade brasileira para o grande problema das drogas no Brasil. Ele mostrou que todo drogado tem possibilidade de recuperação. Basta que nos demos as mãos. Temos aí o Deputado Eros Biondini, o primeiro Deputado a se manifestar na Casa sobre a vinda do Papa.

Espero que Deus o ajude dando-lhe saúde, e o povo brasileiro tenha nele um espelho para desenvolver a fé em Deus, principalmente a fé na família e no cidadão.

O Deputado Paulo Cesar (em aparte) - Deputado Antônio Carlos Arantes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero cumprimentar o Deputado pelo pronunciamento no que se refere à visita do Papa à Fazenda da Esperança, dos drogados, dos recuperandos. Estamos também preocupados com a segurança, a violência e com o tráfico de drogas. Venho de uma pequena cidade, que vem crescendo muito. Mas também está crescendo a violência e o consumo de drogas.

No último final de semana, em nossa cidade foi preso um traficante com 750 pedras de "crack". Teremos amanhã uma audiência pública com a Comissão de Segurança Pública, para discutir a violência em Nova Serrana. Aproveitamos a oportunidade para convidar os colegas Deputados e as colegas Deputadas para estarem presentes nessa reunião, em Nova Serrana, amanhã, às 9h30min, para discutirmos esse assunto.

O parque industrial de Nova Serrana cresceu muito, mas cresceu também a violência na cidade. Estamos com um déficit muito grande de policiais militares e de Delegados de Polícia. Há 12 anos, tínhamos na Comarca de Nova Serrana, Perdígão, Araújo quatro Delegados, mas hoje temos apenas um. A 100ª Companhia de Polícia tem um quadro de 76 homens, mas temos apenas 50. Faltam 26.

Faço convite aos Deputados e Deputadas, principalmente àqueles que são votados na região para que compareçam, amanhã, em Nova Serrana, para discutir esse tema tão importante que tem assustado a população de Nova Serrana e região. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Muito obrigado, Deputado Paulo Cesar.

Encerrando, Sr. Presidente, o Papa se manifestou também fortemente quanto à desigualdade social. O Brasil talvez seja um dos países em que mais haja desigualdade no mundo. Isso é motivo para reflexão de nós, Deputados, que temos responsabilidade para com o cidadão. Nosso país é muito injusto, porque há muita riqueza nas mãos de poucos e muita pobreza com muitas pessoas. Estamos na Casa para fazer a nossa parte e bem feito e com Deus na frente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoas que nos acompanham das galerias desta Casa do povo mineiro e pela nossa TV Assembléia, inicialmente quero cumprimentar o orador que me antecedeu, meu caro amigo e companheiro de lutas pelo setor agropecuário, nós que viemos dessa área também sofrida, Deputado Antônio Carlos Arantes. Somo-me também a esse sentimento de júbilo pela visita do Santo Papa Bento XVI ao Brasil, líder espiritual da nossa Igreja Católica.

Sua Santidade veio ao Brasil em um momento em que precisamos muito de fazer com que a espiritualidade e a fé em Deus estejam presentes na vida de cada um de nós. Vivemos tempos em que a violência se generaliza, se banaliza, a vida é desrespeitada a cada dia e as desigualdades se aprofundam. Mais do que nunca, precisamos da presença da palavra de Deus. E ninguém melhor do que o sucessor de Pedro para estar conosco, encorajando esta grande nação cristã, trazendo-nos não apenas o seu conforto, mas também a sua orientação, para que possamos superar a crise das desigualdades sociais e a violência. Com certeza, a ação do governo é fundamental, necessária, e temos de cobrá-la. Mais que isso, temos de agir para que de fato ocorra.

Como cristão, católico, pai de família, estou convencido de que, sem esse tripé fundamental, ou seja, família, espiritualidade e educação, não há como construir uma sociedade mais justa, fraterna, que se respeite.

O Papa falou muito sobre a família, mas muito ainda deve ser falado. Não diria 100%, mas próximo desse percentual, há muitos casos em que a violência deriva de uma família desestruturada. O Papa falou da importância de praticarmos a nossa fé, buscando, no dia-a-dia, a conversão de novos fiéis. Falou também da importância do exercício da palavra de Deus. Certamente, a verdadeira família tem de edificar-se dentro da espiritualidade. Aliás, o Papa segue a linha do ecumenismo, tão bem construída pelo saudoso Papa João Paulo II.

Comoveu-me o fato de que todos os líderes religiosos no Brasil foram se encontrar com o Papa. Isso foi muito bonito. Mais do que uma pregação, vimos um encontro de propósitos, indicando o caminho para a humanidade, em especial para a nossa nação. A espiritualidade tem de estar presente em nossa vida, no Parlamento mineiro. Em algum momento, nossas idéias podem e devem conflitar-se na busca do aperfeiçoamento. A dialética constrói a evolução da humanidade, mas isso deve ser feito com espiritualidade, com respeito, com amor fraternal. Sinto que deve haver isso na educação, e a Deputada Ana Maria Resende é uma grande educadora. O tripé educação, família, espiritualidade é mais poderoso que qualquer arma para combater o crime. Senti isso na palavra do Papa. Que ele nos inspire, assim como nos inspira a presença, nesta Casa, do Deputado Eros Biondini, cuja vida está construída sobre esses pilares. A convivência com V. Exa. tem sido motivo de alegria, pois também traz esse tom de espiritualidade às nossas discussões. Um debate político que visa a buscar opções para melhorar a vida do povo mineiro não pode estar vazio de espiritualidade.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Deputado Domingos Sávio, parabeno-o por suas profundas palavras. V. Exa. afirmou que nossa fé precisa ser vivida, e acredito que aí está a chave. É preciso viver aquilo que falamos e falar aquilo que vivemos. Fé e razão é o que o Papa João Paulo II tanto nos pedia para conciliar.

Há um ditado que diz que as palavras comovem, mas o testemunho arrasta. Na verdade, isso é até bíblico. O Verbo se fez carne e habitou entre nós. Jesus, que era o Verbo, fez-se carne e cumpriu tudo aquilo que estava dito na palavra. Se somos um país cristão, com católicos, evangélicos, temos aqui a receita da vitória do cristianismo. Por que, então, há esse contraste de desigualdade, de injustiça, se todos nós nos declaramos cristãos?

Algo está errado, como disse Frei Hans na Fazenda da Esperança, em Guaratinguetá. Tive a oportunidade de ir até lá quando da visita do Papa. Foi o ponto mais alto dessa visita, porque ali se quebrou o protocolo, visto que o Papa foi até lá por espontânea vontade, já que ele realmente queria ir àquela fazenda, local onde as pessoas não costumam ir. Trata-se de uma fazenda com altíssimo índice de recuperação de jovens tomados pelo vício da droga e do álcool.

Frei Hans disse ao Papa que a metodologia daquela fazenda era colocar em prática a palavra: viver aquilo que tanto lemos na Bíblia.

Para completar esse aparte, desse belo pronunciamento de V. Exa., gostaria de dizer que hoje, antes de vir para cá, lendo a Bíblia em meu gabinete, lembrei-me daquele salmo que diz: "Se o Senhor não edificar a casa, em vão trabalham os construtores; se o Senhor não guardar a cidade, em vão vigiam os sentinelas".

Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa. Comungo com todas as suas palavras e também as confirmo.

O Deputado Domingos Sávio - Eu que agradeço, Deputado Eros Biondini, meu companheiro de fé e profissão. Assim como eu, o colega Biondini é médico-veterinário e também comungamos com o mesmo sentimento de que, além da nossa fé, é preciso atitude.

Nasci em São Tiago, portanto, sou discípulo de Tiago. Tiago, apóstolo, já dizia que a fé sem obras é vazia.

É preciso atitude, portanto, precisamos tomar a palavra do Santo Papa como um ensinamento e colocá-la em prática.

Sr. Presidente, o meu pronunciamento nesta tarde vem falar de obras, ou melhor, de obras do Governador, que nos enchem de orgulho. Realmente, tais obras têm transformado Minas Gerais.

Estamos aguardando, eu e o Deputado Doutor Rinaldo, para ter a alegria de receber o nosso Governador em Divinópolis. Eu e o Deputado Doutor Rinaldo somos grandes parceiros nesta Casa e também nas lutas por Divinópolis e pelo Centro-Oeste.

Formulamos o referido convite ao Governador, em nome do povo do Centro-Oeste mineiro. Entre outros feitos, o Governador nos dará a alegria de entregar ao povo de Divinópolis um centro de reabilitação e educação de menores. Não é uma febre como outras tantas que acabam por nos trazer mais tristezas que alegrias, uma vez que não recuperam os jovens delinquentes, envolvidos na criminalidade.

Trata-se de um centro de educação e recuperação, uma obra de cerca de R\$4.000.000,00, que reivindicamos ao Governador no nosso primeiro mandato e que agora está pronta. Estaremos testemunhando, mais que a obra física que o Governador nos entregará, o seu funcionamento, com médicos, psicólogos e, obviamente, com agentes de segurança, por tratar-se de menores infratores envolvidos com o crime e que precisam ser reeducados fora do convívio com a sociedade.

Essa é uma realidade que temos de assumir. Não queremos tratar o adolescente e a criança de maneira bruta, ou seja, respondendo à brutalidade que ele cometeu também usando da brutalidade. E não podemos deixá-lo solto para cometer mais crimes e tirar outras vidas. Alguns desses adolescentes são criminosos que já se envolveram em latrocínio - mataram para roubar. Eles têm de ser tirados do convívio da sociedade, porque, se continuarem soltos, vão voltar a matar, mas isso exige investimento, coragem e decisão. Não basta fazer um depósito de crianças e adolescentes. Do contrário, o fato ocorrido em São Paulo, o assassinato daquele casal, novamente se repetirá por aí. O assassino do casal alcançou a maioridade, mas nada foi feito para a sua recuperação. Aliás, eles não sabem o que fazer com ele, chegando a retratá-lo como

um verdadeiro monstro. Não podem soltá-lo, porque ele voltará a matar, e mantê-lo preso também não há como, pois a legislação não permite.

É preciso tomar atitudes. Portanto, quero reconhecer o esforço do Governador por atender a esse pedido. A obra será entregue. Ao lado dessa obra, a poucos quilômetros dela, também serão entregues cerca de 200 casas, numa segunda etapa de um conjunto habitacional, que foi aprovado quando eu ainda era Prefeito. Terminou o meu mandato e não foi possível que o governo do Estado iniciasse a construção, já que o terreno é da Cohab.

E agora o Governador Aécio Neves entregará mais de 200 casas no Conjunto Lagoa dos Mandarins, em parceria com a Prefeitura Municipal, mostrando, de fato, a que veio. Ao mesmo tempo, Deputado Doutor Rinaldo, meu amigo e parceiro por Divinópolis e hoje por Minas Gerais, teremos a alegria, se Deus quiser, de vê-lo anunciar algo que transformará o Centro-Oeste mineiro e, certamente, Minas Gerais. Talvez essa seja a maior e mais importante obra de parceria público-privada, legislação aprovada por nós, aqui nesta Assembléia, na legislatura passada: a melhoria da MG-050, rodovia que liga Belo Horizonte ao Centro-Oeste mineiro, passando por Juatuba, Mateus Leme, Itaúna, Igaratinga, São Gonçalo do Pará, Carmo do Cajuru, Divinópolis, São Sebastião do Oeste, Formiga, Itapeçerica. Enfim, a estrada liga o Centro-Oeste do Estado ao Oeste paulista, uma das regiões mais promissoras do Brasil.

Essa obra facilitará não apenas o trânsito da Capital para a região, mas do Triângulo para o Oeste paulista. Quem vem pela BR-262, especialmente nas regiões Norte e Noroeste do Estado, terá diversas opções e poderá usar essa via. Hoje já pode usá-la, mas enfrenta situações de alto risco, com acidentes constantes. Ainda nesta semana ocorreu um acidente fatal nas proximidades de Itaúna.

É preciso duplicar boa parte da estrada. A licitação foi feita, o processo estava suspenso devido a pendências judiciais. Estivemos no DER nesta semana e fomos informados de que esses entraves foram superados. Estamos empenhando-nos junto ao Governador para que a obra seja contratada agora. Tenho a certeza de que essa é a sua vontade, como demonstrou, ao preparar o edital e fazer a licitação. Estamos falando de uma obra grande, algo que envolverá mais de R\$300.000.000,00 nos próximos quatro anos, incluindo viadutos e trincheiras, como aquelas que precisam ser feitas em Divinópolis, ligando os Bairros Candelária e Oliveira, fazendo o prolongamento do Bom Pastor, resolvendo definitivamente a entrada do Bairro Quintino e situações críticas como aquelas enfrentadas por moradores do Bairro Nossa Senhora da Conceição.

O Deputado Doutor Rinaldo sabe o que estou dizendo. Talvez muitos não tenham idéia, mas imaginem uma metrópole com mais de 200 mil habitantes, como Divinópolis, dividida literalmente por uma rodovia de trânsito intenso, que acaba ceifando muitas vidas por não ter infraestrutura adequada.

Com essa obra, o Governador Aécio Neves revoluciona a história do Centro-Oeste mineiro, e diria até de Minas Gerais, implantando algo que já dá certo em outros Estados e no mundo inteiro.

Concluindo, Sr. Presidente, nós que dizíamos que a fé sem obras se esvazia temos fé no governo do Aécio. Haveremos de ter no Brasil um estadista como ele, para fazer não apenas o discurso da esperança, mas, com atitude, transformar para melhor a qualidade de vida do nosso povo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público das galerias e telespectadores da TV Assembléia que nos assistem neste momento, estamos aqui hoje para abordar alguns aspectos que consideramos relevantes.

Gostaria de fazer um breve comentário. Os nobres Deputados que me precederam fizeram menção à visita do Papa no Brasil, à fé e às obras. Minhas palavras têm que ver também com essa abordagem.

Em relação à visita do Papa, é bom constatar novamente o vigor e a importância da fé do povo brasileiro, generoso, acolhedor, pacífico e harmônico, que possui características que nos tornam admirados pelo mundo afora, principalmente pela manifestação sempre presente, apesar das diferenças e das desigualdades sociais.

Há muitos anos, estamos trabalhando por isso. Esperamos que esse sentimento esteja sempre presente nesta Casa e possamos colaborar com todos os que se esforçam no Brasil. Além disso, que Minas Gerais, que, ao longo da nossa história brasileira, teve papel decisivo nisso, aprimore e melhore as condições de vida no País, diminuindo esse abismo que, infelizmente, ainda existe e é grande entre ricos e pobres.

A Igreja brasileira, apesar das mudanças recentes de orientação do Vaticano nos últimos anos, continua, em sua grande maioria, engajada e comprometida com a transformação social, com as mudanças que efetivamente venham conferir dignidade aos seres humanos e possam diminuir a desigualdade entre nós, brasileiros.

Quanto ao campo da espiritualidade, também concordo com os Deputados que me precederam. A dimensão da espiritualidade é importantíssima e precisa ser efetivamente considerada quando se trata de transformações nas relações humanas e sociais e na qualidade de vida das pessoas.

Neste momento em que a dimensão ambiental ganha relevo e enfoque, não podemos deixar de nos irmanar com pessoas como Frei Leonardo Boff, teólogo brasileiro reconhecido nacional e internacionalmente, que, aliás, não se encontra mais nos quadros da Igreja. Ele põe a espiritualidade que o mundo hoje reclama intimamente associada com as questões ambientais, para que essa dimensão da cidadania também ganhe a dimensão planetária. Além disso, para que pensemos nas soluções e nas demandas do nosso povo e do nosso continente, intimamente articulados com a dimensão planetária.

O conceito de Gaia, que vem ganhando reconhecimento e valorização nos últimos anos, trata dessa dimensão ambiental mais ampla, sem a qual não conseguiremos fazer com que, de fato, a vida seja defendida, mantida e preservada no nosso planeta.

Gostaria também de fazer menção aos 15 anos da Fundação Consciência e Arte. Há alguns anos, na ofensiva neoliberal, estamos assistindo à discussão e à defesa muitas vezes intransigente do Estado mínimo, de um Estado que se afasta da sua responsabilidade social de promotor da igualdade social e da melhoria efetiva da qualidade de vida em todos os âmbitos relativos às necessidades humanas nas sociedades atuais. Precisamos reconhecer o papel do terceiro setor, essa imensidão de entidades, associações, cooperativas e fundações que assumem para si parcela das responsabilidades do Estado. Além disso, que atuam principalmente no vácuo, na ausência, no vazio deixado por um Estado que elege algumas prioridades e se abstrai e se ausenta de muitas outras.

Desde quando iniciamos na vida pública, como Vereador, apesar de estar no Legislativo, tínhamos o desejo de promover, de executar e de fazer acontecer. Foi com esse objetivo que criamos a Fundação Consciência e Arte.

Essa entidade nasce, a princípio, sustentada pela integralidade do repasse do então Vereador Almir Paraca, no ano de 1993. Essa doação continuou quando me elegi Deputado Estadual. Só foi interrompida quando me elegi Prefeito. Essa decisão foi fruto da determinação de trabalhar pela auto-sustentação da entidade, que, ao longo desses anos, vem trabalhando e promovendo a vida de mais de 150.000 pessoas que já passaram pelas diversas atividades ali desenvolvidas. Desde o seu nascimento, essa entidade tem plena autonomia e nunca ficou subordinada ou atrelada a interesses políticos e eleitorais.

Desde o seu nascimento, foi um espaço de aplicação, de exercício das minhas idéias na promoção humana e social. Criamos a Fundação Consciência e Arte como se concebe um filho. Todo filho nasce de sonhos, de desejos que nos esforçamos para transformar em realidade, assim como recebe as nossas melhores energias de atenção, de carinho, de dedicação e de proteção. É uma entidade que cresceu, consolidou-se e ampliou as suas atuações, também como se deve criar e se relacionar com o filho, garantindo-lhe independência, autonomia, respeitando todas as relações que vão sendo estabelecidas e criadas, a fim de assegurar-lhe vida própria.

A Fundação Consciência e Arte completa 15 anos. Essa data será comemorada, por todo este ano, nas cidades em que a entidade tem atuação e presença mais constantes, como Paracatu, Vazante, Unaí e João Pinheiro.

Saudamos essa entidade. Cumprimentamos o Mauro Muniz, Presidente; o Lucivaldo Paz de Lira, Superintendente Executivo; todo o corpo de funcionários e toda a equipe dessa Fundação, que, ao longo de todos esses anos, trabalharam para garantir um nível de excelência nas suas atividades, na prestação dos serviços e no atendimento da população.

Agradecemos a alguns parceiros da Fundação Consciência e Arte ao longo desses anos, particularmente as Prefeituras Municipais de Paracatu, João Pinheiro, Unaí, Vazante e Belo Horizonte.

Agradecemos, também, às empresas que se associaram nesse esforço de promoção social, como a Rio Paracatu Mineração, a Mineração Morro Agudo, do Grupo Votorantim, o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil, a Petrobras, a Telemig Celular e um grande número de pequenos empresários, profissionais liberais que, financeiramente ou com a doação do seu tempo, por meio de ações voluntárias, colaboraram para o desenvolvimento dessas atividades.

Agradecemos, ainda, às faculdades Atenas, Finon e Tecsona, que sempre foram parceiras nos trabalhos desenvolvidos pela Fundação.

Gostaria de agradecer ainda aos Ministérios do Trabalho, da Cultura, da Educação, do Meio Ambiente e da Saúde; à Seprir, que sempre foram parceiros em âmbito do governo federal; às Secretarias de Estado de Esporte e Juventude, de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de Minas e de Cultura; ao Idene, que também sempre foram parceiros das atividades da Fundação Consciência e Arte.

Há um grande número de programas, de projetos e de ações que foram desenvolvidos ao longo desses 15 anos, mas gostaria de fazer menção a alguns que foram símbolo do esforço e do trabalho da Fundação Consciência e Arte. O primeiro diz respeito ao Programa Bolsa-Escola Cidadã. Quando estava à frente da Prefeitura de Paracatu, fizemos uma aliança intersetorial articulando poder público municipal, ONGs, como a Missão Criança, capitaneada por Cristovam Buarque, ex-Governador de Brasília, várias pequenas empresas se associaram, cidadãos comuns, que fizeram um fundo com repasse mensal de contribuições, a fim de defender, aplicar e preservar uma idéia implantada no governo de Brasília pelo hoje Senador Cristovam Buarque, a Bolsa-Escola, implantando em Paracatu, em parceria também com a Prefeitura, a Bolsa-Escola Cidadã. Esse programa existe desde 1997 e teve papel decisivo durante alguns anos. Foi o baluarte, um centro de referência na defesa do que hoje se transformou numa política pública reconhecida internacionalmente, um programa denominado Bolsa-Família, do governo federal.

Colaborar, participar da construção dessa política pública foi para todos nós, da Fundação Consciência e Arte, da Prefeitura e da comunidade de Paracatu, um momento e um ato importantes. Isso nos orgulha, principalmente por ter o componente de uma aliança intersetorial, com a participação do poder público, da iniciativa privada, do setor empresarial que trabalha com a responsabilidade socioambiental e também de ONGs, que assumem para si a tarefa de colaborar com a constitucionalidade, por meio da elaboração e do aprimoramento de políticas públicas.

Desde 1997, 50 famílias do Projeto Bolsa-Escola Cidadã são atendidas. As famílias atendidas pela Prefeitura Municipal e pelo Programa Bolsa-Escola Cidadã chegam a 600, numa divisão paritária de responsabilidade.

Um outro programa que teve importância na história da nossa entidade é o AABB Comunidade, concebido no âmbito das Associações Atléticas Banco do Brasil. Um programa engenhoso que buscava aproveitar as instalações dos clubes das AABBs, durante a semana, no momento em que estavam ociosos, para acolher crianças e adolescentes de baixa renda, oferecendo oficinas extracurriculares. Esse programa teve reconhecimento internacional, na medida em que passava a atender desde então 700 crianças e adolescentes de baixa renda. Conseguimos, por meio desse programa, numa parceria com o Programa dos Voluntários das Nações Unidas, receber dois voluntários, um belga e um espanhol, que por muitos anos prestaram assessoria e consultoria para a Fundação Consciência e Arte, transferindo para essa instituição um campo de relações conceituais, administrativas e de trabalho voluntário que se incorporaram de forma definitiva ao trabalho da Fundação.

Ao terminar meu pronunciamento, queria, mais uma vez, cumprimentar e agradecer a colaboração de todos aqueles que, como funcionários, como voluntários, como colaboradores ou parceiros, ajudaram na construção dessa organização que recebeu muitos prêmios e que vem prestando, ao longo destes 15 anos, um trabalho de excelência no campo da promoção humana e da inclusão social e produtiva. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, quero cumprimentar também todos os que nos acompanham pela TV Assembleia. Gostaria de fazer um convite a todos os Deputados, Deputadas, assessores, funcionários da Casa e telespectadores para um ato que acontecerá amanhã. Apresentei um requerimento a esta Casa para a realização de uma reunião especial. Pela primeira vez nesta Assembleia Legislativa, teremos uma vigília pelos mortos da aids. Será a 25ª Vigília pelos Mortos da Aids, cujo tema será: "Indicando caminhos para um mundo sem aids". Teremos depoimentos e relatos importantes, e seria interessante que todos acompanhassem amanhã, a partir das 20 horas, neste Plenário, quando receberemos várias autoridades, ONGs e associações que trabalham para a indicação de um caminho para um mundo sem Aids.

A Vigília pelos Mortos da Aids é um movimento mundial, iniciado em 1983, com a finalidade de sensibilizar, conscientizar e mobilizar toda a sociedade para a realidade desta doença. A Igreja Católica, através da Pastoral da DST-Aids, tem tomado a frente do movimento e está comprometida com essa luta. Amanhã, dia 18, será realizada a 25ª Vigília, o que demonstra a seriedade e o engajamento do movimento.

O tema deste ano é: "Indicando caminhos para um mundo sem aids". Indicar caminhos significa traçar perspectivas. É responsabilidade de todos nós ajudar a reduzir o impacto da epidemia da aids no Brasil e no mundo. A aids é uma doença que traz consequências físicas, mas também consequências sociais. O que se defende é a vida, acima de qualquer interesse. Minimizar os efeitos da doença, promover a participação de todos na sociedade, lutar contra o preconceito e a discriminação, incentivar a solidariedade são alguns dos objetivos que a 25ª Vigília almeja alcançar.

A Vigília tem por objetivo velar a memória das pessoas mortas em consequência do vírus HIV, buscando suscitar solidariedade com os atingidos pela epidemia e despertar toda a população para a prevenção.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é importante a mobilização de todos os setores da sociedade, cidadãos comuns, associações, ONGs, segmentos religiosos, políticos e sociais, para que participem desse movimento e para que colaborem com a solidariedade e o respeito às pessoas e às famílias que vivem e convivem com o vírus da aids. Espero contar como apoio de todos os Deputados nesta luta.

Amanhã teremos uma reunião especial para alertarmos toda a sociedade e sermos solidários com os portadores da aids e com as famílias enlutadas pelos que já faleceram em consequência do vírus. Na verdade, é um alerta para que toda a população acompanhe e seja solidária com todas essas famílias e com os portadores soropositivos. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 21/5/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Délio Malheiros

nomeando Fernando Oliveira Fornalé para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 4 horas;

nomeando Ricardo Antônio de Souza para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 4 horas.

Gabinete do Deputado Sebastião Helvécio

nomeando Francisco Soares de Macedo para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 4 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2007

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas, reserva de hotéis e traslados.

Pregoante vencedor: Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2007.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

ERRATA

"ESSENCIALIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2006 (*)

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 28/4/2007, nas págs. 43 a 51, ao final, acrescente-se o seguinte:

"(*) Os demonstrativos do relatório de gestão fiscal foram publicados no dia 31/1/2007."